

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

AUTO-ESTIMA E AUSÊNCIA PATERNA

Marta Raquel Matos Lopes Macário

Dissertação orientada pela Professora Doutora Cecília Mota Aguiar

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Clínica

Especialidade em Psicologia Clínica

2008

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Cecília Mota Aguiar, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673 / 2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora. Cecília Aguiar, que tão pacientemente esperou que este trabalho saísse da idealização.

À minha filha, pelas longas ausências, por momentos em que prescindiu de mim, em prol da minha formação. Pela falta de tempo e muitas vezes paciência. Por me ter inspirado dia após dia para a execução deste trabalho. Tão somente por existir na minha vida.

Aos meus pais, por cinco longos anos de envolvimento e dedicação na minha vida académica, numa luta incessante pelo alcance de um sonho, por todo o sacrifício e apoio prestado, nenhum agradecimento poderá ser suficiente.

Ao Pedro, pela paciência infinita, pelo apoio e compreensão que sempre demonstrou, pelo amor que me dedicou, por me ter mostrado que a felicidade é um lugar tão perto.

Aos meus amigos, que acreditaram em mim.

Às minhas colegas e amigas ispianas, Anicas, Andreia, Cátia, Cláudia, Fipita e Bebé, por estarem presentes em momentos tão especiais e por serem ainda mais especiais que os momentos.

À Fundação CEBI, por me ter proporcionado a oportunidade de voltar a estudar, assim como por me ter autorizado a realizar todos os estudos necessários ao longo de cinco anos.

Às minhas colegas de trabalho, pelas minhas ausências e consequentes sobrecargas de trabalho. Pelas palavras amigas quando o cansaço gritava mais alto.

Aos Professores Pedro Oliveira, Natércia Gamboa, Paulo Eira e Teresa Tavares, pela enorme disponibilidade com que sempre me acolheram.

Às crianças e pais que permitiram que este estudo fosse concluído.

Resumo

Este objectivo deste estudo é saber se há diferenças entre as autopercepções, níveis de auto-estima e importância atribuída aos domínios de auto-conceito, de crianças que vivem com o pai e de crianças que não vivem com o pai, assim como perceber se o rendimento económico das famílias monoparentais se correlaciona com o tempo de ausência do pai. A amostra é composta por 42 crianças de ambos os sexos (50% rapazes e 50 % raparigas), que frequentam o 6º ano de escolaridade, com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos. Como instrumentos foram utilizados uma escala de auto-estima e um questionário sociodemográfico. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos níveis de auto-estima e na importância atribuída aos domínios de autoconceito em função do tempo de ausência do pai. O rendimento económico e o tempo de ausência do pai não estavam associados.

Palavras-chave: Auto-estima; pai; criança; Ausência paterna.

Abstract

The aim of this study is to find out if there are any differences in self-perceptions and self-esteem levels, in the importance given to self concept domains in children who live with their fathers and those who have non-resident fathers. The sample is composed by 42 children, from both genders (50% Boys, 50% girls), that are in the 6th grade, with ages between 11 and 14 years. Data were collected using the *self-perception profile for children* and a sociodemographic questionnaire. There are not any statistically significant differences in self-esteem and self concept levels as a function of father absence. There are not any differences in negative self perceptions between the two groups and socioeconomic status and father absence time were not associated.

Key words: Self-esteem; father; child; father absence.

Índice

Introdução	1
Auto-estima e autoconceito	3
A importância da Família	5
As transformações da dinâmica familiar	6
Instabilidade e vulnerabilidade familiar	10
Presença do pai, envolvimento paterno e aceitação parental.....	18
Ponto de vista psicopatológico	21
Condição socioeconómica de famílias monoparentais.....	23
Plano de investigação	26
Método.....	28
Participantes	28
Instrumentos	29
Procedimento	31
Apresentação e análise de resultados.....	35
Associação entre o tempo de ausência do pai e a auto-estima da criança	36
Relação entre o tempo de ausência do pai e a importância dos domínios.....	37
Relação entre o tempo de ausência do pai e o nível socioeconómico	37
Discussão de resultados	39
Conclusão	43
Referências Bibliográficas.....	46

Índice de Anexos

Anexo A) Autorizações dos participantes	51
Anexo B) Questionário sociodemográfico	53
Anexo C) Outputs de caracterização da amostra.....	57
Anexo D) Outputs de análise de resultados.....	70

Índice de Tabelas

Tabela 1 –Rendimento económico familiar	28
Tabela 2 – Habilitações literárias dos pais	29
Tabela 3 – Coeficientes alfa de Cronbach obtidos nas dimensões da escala de autoconceito e de auto-estima.....	33
Tabela 4 - Percentagem dos níveis de autoconceito em função da coabitação com o pai.....	35
Tabela 5 - Médias e desvios-padrão relativos aos domínios de autopercepção em função da coabitação com o pai	36
Tabela 6 - Médias e desvios padrão do tempo que as crianças de ambos os grupos passam com o pai durante a semana e ao fim de semana.....	36
Tabela 7 – Médias e desvios-padrão relativos à importância atribuída aos domínios de autoconceito, em função do tempo de ausência do pai.....	37

Introdução

A família e o seu envolvimento na vida da criança são extremamente importantes e estruturantes (Malpique, 1990). Vários estudos têm sido relevantes para clarificar a importância da dinâmica e relações familiares no desenvolvimento da criança e do adolescente e, não menos importante para este estudo, na manutenção dos níveis de auto-estima (Amato; Bagley, Malick, Verma, Bolitho, Bertrand, Madrid, & Tse; Gecas & Seff; Harter; Noller; Paterson, Pryor, & Field; Scott & Scott; citados por Peixoto, 2004).

No entanto, a mãe e a interacção que mantém com a criança têm sido muito mais valorizadas que a interacção que esta pode manter com o pai (Peixoto, 2004; Ford, Nalbone, Wetcher, & Sutton, 2008). Sabe-se hoje, através de estudos mais recentes, que o pai tem bastante importância no desenvolvimento do seu filho (Malpique, 1990) e, apesar de haver um claro aumento de interesse por parte dos pais em se envolverem na vida dos filhos, ainda há papéis socialmente definidos que insistem em permanecer na mentalidade da sociedade em que vivemos (Lima, 2005). Há autores que apostam na emergência de um novo pai (Belo & Macedo, citados por Balancho, 2004), outros há que consideram o papel do pai negociável e voluntário aos olhos quer da sociedade, quer da lei (Sullerot, citado por Balancho, 2004).

Não só a falta de estudos que aprofundem os efeitos da presença do pai no contexto familiar da criança (Lima, 2005) e as transformações astronómicas que a família tem vindo a sofrer nas últimas décadas (Malpique, 1990), mas também a responsabilização maioritariamente materna pelo cuidado dos filhos aquando de uma desestruturação conjugal, permitindo que o pai se relegue ao papel de que Sullerot (citado por Balancho, 2004) nos fala, fizeram surgir a ideia de investigar de que forma a ausência do pai se poderia repercutir na vida dos seus filhos.

Neste sentido, o presente estudo tem como objectivo analisar os níveis de auto-estima das crianças que vivem e das que não vivem com o pai. Foi em função deste objectivo que se organizou este trabalho em várias partes. Numa primeira parte, é feita uma fundamentação teórica de forma a sustentar, do ponto de vista conceptual, a pertinência da problemática apresentada. Numa segunda parte, apresenta-se o Delineamento, onde serão encontradas as

hipóteses estabelecidas para investigação. Na terceira parte, encontra-se o método, onde são referidos todos os procedimentos de investigação, não só para melhor compreensão do processo de desenvolvimento do estudo, como também para servir de base a futuras investigações que pretendam seguir esta linha de estudo. Na quarta parte, procede-se à apresentação dos resultados obtidos, assentando na confirmação/infirmação das hipóteses colocadas na segunda parte. A quinta parte consiste na discussão de resultados, assente nas bases teóricas anteriormente referidas. E a última parte, que é constituída por uma breve conclusão, inclui uma análise crítica das limitações deste trabalho, sugerindo novos estudos.

Auto-estima e autoconceito

Segundo Rosenberg (citado por Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2003), “o autoconceito é o núcleo mais central da personalidade e da existência humana e é o grande determinante de pensamentos e comportamentos”, enquanto que a auto-estima representa o aspecto afectivo do conceito que alguém tem de si próprio (Wells & Markwell, citado por Veiga, 1996), sendo este um aspecto avaliativo do autoconceito (Burns, 1978; Baumeister, 1994). Assim, a auto-estima diz respeito à avaliação ou ao modo como cada um se sente acerca da sua forma de ser ou da sua imagem (Augusto, Preto, Tão, & Jerónimo, s.d.).

A auto-estima é o chão a partir do qual, quer a criança, quer o adulto se adaptam às diversas etapas da vida. Constitui o centro das suas forças e capacidades, que lhes permite adaptarem-se. Durante a infância, destaca-se a importância da vinculação, que é fundamental para o desenvolvimento psíquico de todo o ser humano. Constitui o núcleo de base da auto-estima (Duclos, 2006). Tem sido estudada pela sua relevância para o “ajustamento psicológico e social e para o desenvolvimento saudável durante a adolescência” (Antunes et al., 2006, p. 117)

Para Harter (1993), o autoconceito é a auto-imagem que formamos e que acreditamos convictamente ser no que diz respeito às nossas capacidades, personalidade e traços e que, embora seja uma estrutura cognitiva, tem um cariz emocional que se reflecte no nosso comportamento. É extremamente importante neste sentido, pois na execução de uma determinada tarefa, a percepção que temos das nossas capacidades, vai-se reflectir na avaliação que fazemos acerca do desempenho que tivemos.

Foi William James (citado por Harter & Whitesell, 2003) que, acerca da noção que se tem de si próprio – autoconceito – fez a distinção entre *me* (objecto de conhecimento, a forma como o sujeito se percebe) e *I* (que se refere ao sujeito conhecedor da realidade externa e que consegue reflectir sobre si próprio). Estes dois elementos determinam o que a pessoa sabe e pensa acerca de si própria. É um constructo importante para o *self*, encenando o valor próprio e encontra-se frequentemente relacionado com o comportamento adaptativo e estilos de vida saudável (Antunes et al., 2006).

Harter e Whitesell (2003) afirmam que a auto-estima se transforma em função do desenvolvimento e que uma vasta literatura mostra evidências de que as auto-avaliações feitas pelas crianças tendem a ser mais optimistas do que a caminho da pré-adolescência. Os investigadores atribuem este declínio à crescente importância dada à comparação com o grupo de pares e à avaliação por parte dos outros, o que leva a noções mais realistas das suas capacidades. Este declínio verifica-se essencialmente entre os 11 e os 13 anos e tende a aumentar à medida que as crianças vão avançando para a adolescência, estabilizando no meio desta fase e mantendo-se assim até à idade adulta (Antunes et al., 2006).

Peixoto (2003) constata que a importância que cada domínio do autoconceito tem para cada sujeito depende do valor que o mesmo lhe atribui. Este valor, embora seja global, assenta na crença que cada sujeito tem acerca das suas capacidades, valores e atitudes, nas várias áreas da sua existência: moral, social, física e académica (Carapeta, Ramires & Viana, 2001).

A auto-estima resulta da avaliação global que cada um faz das suas qualidades, sendo esta fundamentalmente afectiva (Hattie, 1992). Harter (1993) acrescenta que esta é afectada pelas opiniões dos outros e pela importância que as áreas de desempenho representam.

Nas últimas três décadas, os autoconstructos, como a auto-estima, têm tomado um lugar deveras importante nas diversas áreas da psicologia. Têm inclusivamente levado a que terapeutas tenham estas auto-avaliações em grande conta, uma vez que se prova, cada vez mais, a sua implicação tanto na patologia que seus pacientes demonstram, como no respectivo tratamento (Harter & Whitesell, 2003).

Segundo Campbell (1993), a auto-estima tem um grande impacto na motivação, cognição, emoção e, principalmente, no comportamento, tendo reflexos importantes no dia-a-dia de cada um, nomeadamente nas áreas que dizem respeito à competição, conformidade, atribuição causal, sucesso e *copping*.

As pessoas com elevados níveis de auto-estima são mais congruentes nas avaliações que fazem entre o autoconceito e a factores externos., Têm crenças internamente mais consistentes e reforçam os atributos positivos (Campbell & Lavalley, 1993). As pessoas com baixos níveis

de auto-estima, pelo contrário, assumem muitas vezes comportamentos que vão em detrimento do seu bem-estar psicológico e têm autoconceitos negativos.

A importância da Família

Antunes et al. (2006) esclarecem que, embora o estudo da auto-estima habitualmente se centre mais sobre o rendimento escolar, esquece-se, por vezes, que este desempenho é, não só um imperativo pessoal, mas também um requisito no seio da família ou uma forma de mobilidade social; daí que o sucesso escolar seja importante na manutenção da auto-estima, podendo também influenciá-la. O papel da família como agente activo na influência da auto-estima não é consensual entre os vários autores que se têm debruçado sobre este tema (Peixoto, 2004). No entanto, e embora o grupo de pares seja realmente importante neste julgamento, a qualidade da relação com a família também tem um grande impacto, nomeadamente no ajustamento académico, satisfação com a escola, atitude de sucesso perante as tarefas e representações que o adolescente tem sobre si. Para Peixoto (2004), o impacto que a família tem na construção da auto-estima pode ser considerado sob diversas perspectivas, nomeadamente nas avaliações que os membros da família fazem acerca da criança/adolescente e que se vão repercutir nas representações sobre si próprio (Eccles; Marsh & Craven; Pierrehumbert; Plancherel & Jankech-Carreta, citados por Peixoto, 2004). É também através da dinâmica das relações familiares e suporte emocional, que o adolescente faz a construção das representações de si próprio. Wenz-Gross, Siperstein, Untch e Widaman (citados por Peixoto, 2004) mostraram que um baixo suporte emocional por parte dos pais está intimamente relacionado com o baixo conceito académico, assim como Connel, Spencer e Aber (citados por Peixoto, 2004) comprovaram que o suporte social e emocional familiar se relaciona positivamente com a percepção de competência, relações com pares e motivação escolar. Ainda Lord, Eccles e McCarthy (citados por Peixoto, 2004), indicam que as tomadas de decisão democráticas por parte da família estão associadas ao aumento do nível de auto-estima. São, segundo Peixoto (2004), a qualidade do funcionamento e do relacionamento familiar, as características que melhor proporcionam a construção de sentimentos de competência e que contribuem positivamente para um alto nível de auto-estima.

O autoconceito desenvolve-se, desde muito cedo, na relação da criança com os outros. Os pais actuam como “espelhos” que devolvem determinadas imagens aos filhos. O afecto é muito parecido com este espelho, pois quando se demonstra afecto por alguém, essa pessoa torna-se o meu espelho e eu, o dela, e, reflectindo um no outro, desenvolve-se um forte vínculo de amor. A unidade psicológica constitui-se através do par. A mãe ou o pai, o filho ou filha. O par serve de espelho e precisamos do olhar valorizante, identificador e unificador do outro, que é considerado o *locus* de regulação externo. É assim que, segundo Matos (2004), conquistamos a capacidade de autovalorização.

É nesta interacção afectiva que desenvolvemos os nossos sentimentos positivos ou negativos e construímos a nossa auto-imagem. Estes sentimentos vão influenciar a opinião que a criança tem de si própria, estando esta intimamente relacionada com a sua capacidade para aprender e com o seu rendimento (Wadsworth, 2003).

Ojanen e Perry (2007) afirmam que a auto-estima da criança e do adolescente está intimamente relacionada com o esquema relacional que mantêm com a mãe, prevendo assim o nível de auto-estima nas meninas e de autocontrolo nos meninos. Assim, esta relação garante a presença destas características no desenvolvimento do próprio *Self* da criança. No entanto, Richaud de Minzi (2006), num estudo que averiguava a ligação entre autoconceito, sentimento de solidão e depressão em crianças dos 8 aos 10 anos e a relação de proximidade que mantêm com seus pais e a vinculação, apontou para o facto de a vinculação e a relação de proximidade serem constructos distintos, mas, e o mais importante, é que a aceitação da criança (apreciação dos seus feitos e atenção dispendida) promove nesta uma alta auto-estima e que a falta de interesse por parte dos pais determina negativamente a vida destas. Foi então aferido, neste estudo, que há diferenças nas influências projectadas pelos pais e que estas, por sua vez, seguem um padrão cultural de atribuição do género.

As transformações da dinâmica familiar

De entre as espécies animais, a humana é a que vem ao Mundo com maior imaturidade e, consequentemente, maior dependência quer do estímulo, quer dos cuidados (que asseguram a sobrevivência física), do meio envolvente mais directo, isto é, dos seus cuidadores. Estas funções não se atribuem necessariamente aos progenitores, mas têm que ser asseguradas, pois

revelam-se de extrema importância para o bom funcionamento psíquico, vida relacional e sociabilidade futuras. “A evolução biopsicológica parte e assenta numa bipolaridade intrínseca: função materna e função paterna” (Malpique, 1990, p. 27).

.

Foi, na Europa e na América do Norte do século XVII até ao final do século XIX que se assistiu às maiores modificações tanto nos papéis parentais, como na estrutura familiar e ainda na família como instituição. A importância da industrialização e consequentes mobilidade geográfica, inserção da mulher na vida laboral e maior liberdade sexual, modificaram o papel da mulher, a forma como era vista e toda a dinâmica familiar. Até então, assistia-se a uma família tradicional alargada e foi a partir desta evolução a nível mundial que se deu lugar à família nuclear ou conjugal (Badinter, 1993; Malpique, 1990). Assim, decorrente da industrialização, da democracia e também da maior escolarização da mulher, surge um novo alento às reivindicações femininas (Badinter, 1993).

A família tradicional alargada de que Malpique (1990) nos fala, permite “um perpetuar de gerações, a memória dos antepassados, transmite a nível simbólico o nome do pai” (p. 42). A família era alargada e abrangia várias gerações. Era como se de uma comunidade se tratasse. O pai era visto como o detentor do poder social, era que dava o nome à família, o artesão, o modelo de identificação, enquanto que a mulher apenas detinha o poder no lar. Nestas comunidades, era ridicularizada a transgressão dos papéis atribuídos a cada um dos sexos. As modificações ocorridas enfraquecem a imagem do pai como modelo de identificação, não lhe permitindo ser referência ao *ideal do Eu* (Malpique, 1990)

Nesta estrutura familiar também era comum a criança acompanhar desde bastante cedo o pai nas suas tarefas, o que lhe permitia uma relação próxima com este e era através do modelo referido que a criança adquiria a noção da medida real do esforço (Badinter, 1993; Corneau, 1991; Malpique, 1990).

A imagem que o pai agora mais facilmente consegue oferecer é a de uma pessoa cansada e facilmente esgotável, sem tempo para ouvir ou falar. É, segundo Malpique (1990), o declínio do prestígio e imagem do pai. Não parece ser apenas a imagem do pai que se abala, mas também a da família, que perde a sua característica de *ninho* (Shorter, citado por Malpique, 1990, p. 45).

Agora, a estrutura cingia-se apenas a pais e filhos (que, a pouco e pouco iam sendo em menor número). O que caracteriza esta família é a “conquista de intimidade, do espírito doméstico, que a defende da intromissão da colectividade” (Malpique, 1990, p. 43). A compreensão desta mudança do seio familiar é importante, na medida em que se percebe facilmente a transformação de uma ideologia assente na tradição patriarcal (Gomes & Resende, 2004) naquilo que Shorter (citado por Malpique, 1990) denomina por uma *unidade afectiva*, em que o homem expressa mais livremente os seus sentimentos, ligando-se mais afectivamente às suas mulheres, sem haver submissão às regras sociais, ou ao controlo do grupo social da família alargada. Sendo uma ligação afectiva, há maior instabilidade, um pouco também devido à impossibilidade de *deslocamentos transferenciais*, tornando-se a família num *locus* de conflito e daí mais vulnerável à rotura, o que proporciona maior número de divórcios (Malpique, 1990).

Outros autores, como Belo e Macedo (citados por Balancho, 2004) apostam num “novo pai”, ao invés de aceitarem esta imagem denegrida do pai actual. Sullerot (citado por Balancho, 2004) refuta, afirmando que este é um pai reconstruído e é apenas fruto de uma esperança do mundo ocidental, de mulheres que anseiam a partilha da sobrecarga que o seu papel desempenha no seio da família. Indo ao encontro da ideia de Malpique (1990), Balancho (2004) refere que esta ansiedade é devida à sobrecarga vivida pelas mulheres que, desde o seu ingresso na vida laboral, viram crescer o número de funções que tinham de desempenhar. Então, segundo Sullerot (citado por Balancho, 2004), em vez de um “novo pai”, assistimos ao fenómeno da “nova mulher”, uma mulher que, para além de ter de cumprir as suas funções laborais e familiares, agora também se vê, nalguns casos que tendem a crescer devido ao divórcio, ou por decisão própria, uma mãe só. Ainda suportando esta ideia, há quem saliente o facto deste pai, em vez de se tornar mais presente na vida diária dos filhos, excluir-se e deixar de ter “papel de educador, em consequência do divórcio, ou das situações de “gravidez sem pai” – sejam as provenientes da fertilização *in vitro* ou as inerentes aos casos de mães solteiras, cada vez mais frequentes nas actuais sociedades ocidentalizadas” (Amato; Gottman & DeClaire, citados por Balancho, 2004, p. 378).

Segundo Fleming e Tobin (citados por Ford et al., 2008), o papel do pai foi predominantemente subjugado ao papel da mãe e frequentemente reportado como se de uma função opcional se tratasse. Há ainda, segundo Ford et al. (2008), estudos que invalidam totalmente o papel do pai, afirmando veementemente que o pai não dá qualquer contributo ao

desenvolvimento dos seus filhos. Lima (2005) salienta que, embora o pai se envolva mais nas actividades dos filhos, este envolvimento ainda não é suficiente para que haja uma paridade entre a mãe e o pai.

A situação de monoparentalidade pode surgir de variadas formas, seja por gravidez fora do casamento e sem coabitação dos pais, por divórcio e por a custódia da criança ficar entregue a apenas um dos pais (embora hoje em dia também se assista à custódia conjunta), por óbito de um dos pais ou, ainda, por ausência frequente a fim de garantir a estabilidade económica da família.

A condição de mães que não contraem matrimónio com o pai biológico da criança ou que simplesmente não coabitam com este, mantendo outros estilos de composição familiar, ainda assim pode não ser preditora de afastamento de pai e criança. Para Dunn et al. (2004), as crianças que vivem em famílias monoparentais e que vivem só com as suas mães podem gozar de proximidade afectiva (não física) com o pai, isto se a criança tiver apenas uma figura paterna, ou seja, se conhecer o pai e se a mãe não tiver um companheiro, ou referência masculina (um avô, por exemplo) que substitua esta figura. Em relação a esta condição de mãe solteira, uma vasta literatura também chega à conclusão que, na vida das mulheres com história de gravidez na adolescência, fica um marco negativo, assim como na vida dos seus filhos, do ponto de vista social, isto é, da forma como são vistos socialmente (Dunn et al.; Jaffe et al., citado por Dunn et al., 2004).

Já na década de 70, Shinn (1978) manifestou a sua preocupação em relação a este facto, assinalando que mais de 10 milhões de crianças eram criadas sem a presença de um pai em casa (de acordo com o *census* de 1976, nos Estados Unidos da América). Hoje, os dados acerca desta realidade, em Portugal são igualmente preocupantes. A taxa de divórcios desde 1965 sobe em flecha, e no ano de 2008 (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2008), assiste-se a uma taxa bruta de nupcialidade de 4,5%, (47 857 casamentos celebrados) acompanhada por uma taxa bruta de divórcios de 2,9% (22 881 divórcios), ou seja, praticamente metade. Destas modificações, surgem filhos de casamentos posteriores, formação de novas famílias e pais relativamente ausentes. De acordo com o INE (2008), a taxa de natalidade fora do casamento, sem coabitação de ambos os pais, aumentou de 22% em 2001 para 31,6% em 2008 e em 2007, o número de famílias monoparentais era de 283 805, sendo 248 551

compostas por mãe e filho(s). No entanto, é também importante realçar que perante estes números, prevalece um total de 3 755 090 famílias nucleares tradicionais.

O que é facto é que, como já foi supra citado, a estrutura familiar tem vindo a modificar-se nas últimas décadas e a família, tal como é concebida na sua composição nuclear, é composta por uma figura paterna, uma figura materna e respectivos filhos, e é esta composição que se torna um importante regulador da estrutura interna, da personalidade, da adaptação social e até da estabilidade da criança (Eizirik & Bergman, 2004).

Estas figuras, pai e mãe (que não têm que ser propriamente os biológicos), têm perante os filhos papéis diferenciados, que se complementam e que têm que ser assegurados para que o desenvolvimento da criança decorra normalmente (Gleitman et al., 2003; Malpique, 1990). Embora seja a mãe que, numa primeira fase da vida da criança, com os cuidados que lhe presta, assegura a sobrevivência do bebé, o pai também tem um papel preponderante nesta relação mãe-filho, de que falarei mais à frente.

À medida que a criança se desenvolve, física e psicologicamente, a família, ou o meio envolvente em que a criança se insere, é importante para o seu desenvolvimento, a sua formação e interesse pelas aprendizagens, vindo estas a ser positiva ou negativamente influenciadas. Assim, uma família é insubstituível no processo de crescimento da criança, que se traduzirá na expressão de Brazelton de que quando nasce uma criança nasce uma família (Sá, 1995). É a família que medeia as necessidades biológicas e psicológicas e as directrizes da sociedade (Malpique, 1990).

Instabilidade e vulnerabilidade familiar

A instabilidade no seio da família, a transmissão de problemas e preocupações que a criança pode ainda não ter capacidade de elaborar (de entre os quais podem servir de exemplo, problemas entre o casal, zangas, gritos e sobressaltos), assim como uma ansiedade e tensão no casal exacerbadamente sentidos pela criança, revelam-se prejudiciais ao seu normal desenvolvimento, mais especificamente no que diz respeito ao desenvolvimento afectivo (Aranda, Carrilero & León, 1982).

Uma das formas de separação e a mais perturbadora para as crianças, segundo Gleitman et al. (2003), é sem dúvida o divórcio. Quando esta situação se verifica, há algumas hipóteses de partilha dos filhos, de entre as quais, só um dos pais ficar com a custódia destes, o que levará à perda ou redução de contacto com o outro pai, ou a custódia conjunta, o que levará à redução do contacto com ambos, assim como da estabilidade que a situação de viver com ambos proporcionaria. Um outro aspecto a salientar é que estas crianças podem ter que mudar de residência, o que as deixa ainda mais desorganizadas, pois todos os laços até então construídos (grupo de pares, vizinhos, professores), são dissolvidos e aí, e tendo em conta a situação de crise que já de si cria o desmoronamento da família, a criança fica sem suporte social suficiente para enfrentar as suas angústias. Então, assiste-se, nesta fase, a uma interrupção na vinculação, quer com a figura parental em questão, quer com o seu grupo de pares e algumas pessoas de referência (Gleitman et al., 2003).

Estudos recentes apontam para a ligação entre as variáveis familiares e o ajustamento das crianças, mais especificamente no que diz respeito aos comportamentos parentais e ao bem-estar na infância e na adolescência (Avidan, Schlechter, Netter, & Keehn, 2006). Segundo Aranda et al. (1982), o núcleo familiar transmite à criança o entusiasmo pela vida, estando esta transmissão presente desde a concepção, passando pelo nascimento e desenvolvimento da criança. Para que isto aconteça, é importante que o casal mantenha o equilíbrio e tenha atingido tal patamar de maturidade na relação afectiva que permita a chegada da criança ao seio familiar. Se isto não se verificar, poderá suscitar na criança sentimentos de culpa, face às dificuldades dos pais.

Freud (citado por Zavaschi et al., 2002) atribuía aos traumas infantis a razão para a patologia do adulto, variando a gravidade com a estrutura de cada um, sendo a “melancolia” (para Freud), depressão para nós nos dias de hoje, causada pela perda do amor do objecto. Assim sendo, também o abandono parental pode estar na causa desta patologia.

Para Malpique (1990), a função materna está intimamente ligada à intimidade, à sensibilidade para relações pessoais, à comunicação/linguagem e à manutenção da autonomia pessoal, enquanto que a função paterna assegura a inserção da criança na sociedade, o seu avanço maturativo (através da triangulação), a identidade sexual, o acesso ao simbólico e o

pensamento lógico. Estes são os fundamentos em que assentam as aquisições futuras. Assim, na presença destas duas figuras, a evolução biopsicológica da criança será plenamente assegurada.

A maior parte das teorias do desenvolvimento da criança têm sido bastante direccionadas para a exclusividade da díade mãe-criança e, por isso, predestina este desenvolvimento consoante esta relação tenha sido securizante ou não. É exemplo disto a teoria psicodinâmica, segundo a qual a sanidade mental é determinada pela relação mãe-criança durante os três primeiros anos de vida (Ford et al., 2008). No entanto, sabe-se hoje que a criança se vincula tanto ao pai como à mãe (Brown, McBride, Shin, & Bost, 2007) e que, não havendo envolvimento com uma destas figuras, não há relação, podendo, no entanto, haver substitutos afectivos para estas figuras. Esta relação torna-se extremamente importante em variadas áreas do desenvolvimento da criança.

Segundo a teoria da vinculação de Bowlby (1982), o indivíduo interpreta os acontecimentos da sua vida e, a partir daí, forma a sua atitude perante o mundo, assente principalmente nas relações e respectivas interacções significativas, que vai mantendo, nomeadamente com os pais, tendo por base as expectativas depositadas sobre si pelo outro, as suas próprias expectativas e a relação que mantém com o outro. Estas expectativas são principalmente geradas na interacção com os pais durante a infância. As representações mentais que aqui se formam, conscientes ou inconscientes, do próprio, do outro e da relação com o outro, ajudam-no a compreender os acontecimentos, a prevêê-los e a planear acções futuras (Bowlby, citado por Figueiredo, Pacheco, Costa, & Magarinho, 2006).

As investigações centradas na vinculação da criança ao pai sugerem que a qualidade desta relação está futuramente ligada à vinculação segura na adolescência, embora esta relação não tenha um impacto tão grande como a que a criança mantém com a mãe. No entanto, é a mudança da natureza do papel da mãe e do pai durante a adolescência que torna mais importante a relação mantida com o pai, durante este período (Allen, Porter, McFarland, McElhaney, & Marsh, 2007). Assim, para os autores, uma vinculação segura trará mais popularidade entre os pares, na adolescência, mas uma vinculação insegura traz dificuldades de funcionamento psicossocial (Urban, Carlson, Egeland, & Sroufe; Waters, Posada, Crowell & Keng-ling, citados por Allen et al., 2007).

A agressão, por exemplo, e em oposição aos comportamentos/afectos positivos, é muitas vezes relacionada com características pessoais, de entre as quais a baixa auto-estima (Gomez & Mc Laren, 2007). Esta ideia é apoiada pela teoria da vinculação de Bowlby (1982), que sugere que as crianças que experimentam uma base segura e afecto desenvolvem expectativas de que o *self* (si mesmo) é merecedor do amor dos outros e que esses outros são de confiança. É neste registo que, ao criar uma base segura, são promovidos sentimentos de controlo pessoal, auto-eficácia e auto-estima. São estas primeiras relações que, mais tarde, se irão reflectir não só no desenvolvimento afectivo (intra e inter-relacional), como no desenvolvimento cognitivo.

Guedes (2005), num estudo longitudinal, verificou que, de acordo com o modelo bi-dimensional de vinculação de Bartholomew, existem quatro padrões de vinculação durante a infância, que se reflectirão, na idade adulta, nos campos de proximidade afectiva e regulação emocional, a saber: seguro, preocupado, amedrontado e desinvestido. Guedes (2005) encontrou forte relação entre a vinculação segura, altas expectativas em relação ao *self* e às relações de proximidade (com pares ou parceiros) e elevados níveis de auto-estima. Por oposição, os indivíduos que desenvolveram o tipo de vinculação preocupado com as suas figuras parentais, revelaram uma elevada dependência dos outros face à auto-estima (necessitar do outro para a regular, não sentindo auto-confiança). As expectativas destes indivíduos foram moduladas pela qualidade de vinculação com as figuras parentais e pelo tipo de relação assistida no seio familiar (Guedes, 2005).

Para Rabelo (2007), embora a forma clássica para se constituir família seja o casamento, esta não é a única forma de vida familiar, salientando que, como facto natural, a família precedeu o casamento. No entanto, dentre os institutos do direito de família, o casamento é o primeiro na ordem cronológica, pela sua importância, pela sua abrangência e pelos seus efeitos.

Guttmann e Rosenberg (2003) estudaram a intimidade e o ajustamento emocional de crianças de pais divorciados e de crianças provenientes de famílias intactas, relacionando estes resultados com o seu funcionamento. O que estes autores aferiram foi que há, de facto, um relativo afastamento entre a criança e a mãe aquando e após o divórcio, podendo notar-se este afastamento até alguns anos mais tarde. A razão encontrada por estes autores para este facto é

que as mães tendem a ficar mais preocupadas com as consequências do divórcio e a relação destas com os filhos pode ser relegada para segundo plano. Já em relação ao pai, estas crianças sentem-se mais afastadas deste, relativamente às crianças de famílias intactas e quanto mais velhas ficam, maior é o afastamento. Este afastamento (ou ruptura de vinculação), relacionado com a importância que o pai ganha na vida do adolescente, como já foi referido, pode levar a comportamentos de risco, história de delinquência juvenil e sintomas depressivos (Allen et al., 2007; Aguilera-Guzmán, Snyder, Romero e Medina- Mora, 2004; Ellis, 2003; Tremblay et al., 2003; Malpique, 1990).

Para Gleitman et al. (2003), a principal diferença encontrada em vários estudos entre a interacção do pai e da mãe com os seus filhos reside no brincar *versus* cuidar, ou seja, enquanto que o pai tende a ter um papel mais activo na interacção com os filhos, que consiste em brincadeiras mais vigorosas, desde balançar a lançar as crianças ao ar, as mães, por sua vez, tendem a ter interacções mais calmas. Contam histórias, dão abraços e carícias. Então, é mais provável que as crianças procurem mais o pai para brincar e a mãe para serem cuidadas do ponto de vista afectivo (carinho e conforto) (Lamb, citado por Gleitman et al., 2003). Na adolescência, o pai é mais procurado como o disciplinador, sendo aqui crucial o seu papel na definição da identidade do adolescente, assim como na negociação da sua autonomia (Allen et al., 2007), autonomia esta que, quando não regulada, dará azo aos comportamentos de risco supracitados. O que acontece, segundo Malpique (1990), é que, estando o pai ausente e desvalorizado (diz a autora a respeito da perda de importância a que se tem assistido nos tempos modernos, e não sendo menos verdade no que diz respeito à efectiva ausência deste), o adolescente não tem ao seu alcance instrumentos para formar um *Eu* autónomo, caindo, assim, no anonimato em grupos indiferenciados de outros adolescentes que reagem às situações com formas muito primárias de reivindicação. “Não existe a proposta alternativa na rivalidade com o pai edipiano (representante simbólico da cultura), mas apenas uma força destrutiva anárquica que reproduz a relação com a mãe arcaica” (Malpique, 1990, p. 47).

O papel do pai tem grande importância no núcleo familiar, no processo de identificação/identidade e no desenvolvimento da criança em geral. Aranda et al. (1982) apontam o pai como principal tranquilizador da mãe, ao transmitir entusiasmo em relação à chegada do filho, tentando evitar que a mulher tenha percepção do problema que a gravidez pode representar para este, do ponto de vista da relação entre os dois. Acrescentam ainda que

o papel deste é vital para a coesão afectiva da família e adequado desenvolvimento psíquico da criança.

Face à aceitação da realidade, o pai também tem um papel preponderante, pois, numa fase inicial, é a mãe quem dita as regras, mas pouco a pouco, o papel do pai vai ganhando terreno na vida da criança, até que alcança importância suprema por volta dos três anos (Aranda et al., 1982). Malpique (1990) acrescenta que, mesmo que o pai seja menos presente, pode desenvolver uma interacção rica e estimulante com a criança no tempo que lhe dedica, devido às diferentes características do jogo.

Para Matos (2002), um passo também importante no desenvolvimento da criança, é a identificação sexual. Este processo tem fundamentalmente três fases: identificação imágóico-imagética, através da qual a criança se identifica pelo que é projectado em si, ou seja, a forma como os pais projectam na criança a sua identificação sexual e que vai sendo assimilada pela criança [a propósito desta identificação, Matos refere que “se o espelho do outro fabrica a nossa imagem, do seu olhar vem o calor que nos aquece e o brilho que nos inspira – alimentando competências adaptativas e estimulando estratégias transformadoras”(p. 263)]; identificação ideomórfica, que se torna, na vida adulta, a mais importante, e que é conseguida através do primeiro processo e da posterior observação de nós próprios; e identificação alotriomórfica, ou seja, com a forma de outra pessoa. É a identificação ao modelo. Estes processos identificativos serão, com certeza, afectados na ausência de um dos pais, principalmente se for o elemento do sexo oposto (Stoller, 1978). A criança necessita, assim, da presença de ambos os pais para satisfazer, por identificação, a sua bissexualidade (Matos, 2002).

Stevens, Golombok e Beveridge (2002) debruçaram-se sobre o comportamento, segundo o género, de crianças em cujas famílias o pai estava permanentemente ausente. Não encontraram quaisquer diferenças entre as crianças provenientes de famílias mononucleares e as crianças de famílias nucleares, quer em crianças do sexo feminino, quer em crianças do sexo masculino. Embora para os autores isto se justifique pelo facto de não haver influência da presença/ausência do pai, pegando na teoria psicanalítica já citada, talvez se possa partir do princípio que estas crianças ainda estejam na fase imagoico-imagética, em que o papel dos cuidadores directos e a própria relação que a criança cria com os pares e a comunidade onde esta se insere, têm um papel preponderante na forma como a mesma se assume. Assim, o que

é projectado nelas, será o seu sexo evidente. Esta hipótese também é suportada pelos autores, quando falam acerca da teoria da aprendizagem social, segundo a qual os pais lidam com as crianças de acordo com esta diferença preexistente, dando mais importância aos interesses e actividades socialmente estereotipadas, consoante o sexo da criança. Stevens et al. (2002) consideraram importante suscitar a dúvida se, nestes casos, não estariam os pais simplesmente a ir ao encontro destes estereótipos sociais, ou estariam, de facto, intencionalmente a levar a criança a comportar-se de acordo com estes.

De entre os factores que podem fazer com que a criança viva privada da sua figura paterna, está o de o pai, a fim de garantir a subsistência familiar, ter que se ausentar durante longas temporadas. Foi sobre esta situação que se debruçaram Woldoff e Cina (2007). Estes autores encontraram diferenças entre as crianças que residiam com ambos os pais e as que residiam apenas com as suas mães. Estas crianças têm maior probabilidade de apresentar desvantagens em relação às outras tanto no desempenho académico, como no ajustamento emocional, ideia reforçada por Dunn, Cheng, O'Connor e Bridges (2004) que verificaram que a ausência paterna não só influencia os fracos resultados académicos, como aumenta a probabilidade da internalização do problema. No entanto, para estes autores não é tão importante a presença física do pai biológico, mas sim o sentimento de proximidade afectiva que a criança tem com o pai. Quanto maior for este sentimento de proximidade, maior o ajustamento emocional da criança.

Aguilera-Guzmán et al. (2004) estudaram os efeitos da emigração do pai, numa localidade do México. Neste local, foi visível para os autores a transformação da dinâmica familiar tradicional, que deixa marcas no futuro dos descendentes destes homens, que se tornam pais semi-presentes e que pouco podem participar na vida dos filhos. Os autores encontraram evidências de que a ausência paterna pode ser um factor de risco para o desenvolvimento psíquico saudável daquelas crianças. Afinal de contas, são crianças que estão expostas a um tipo de família mononuclear, onde é a mãe que coordena as tarefas (que são reorganizadas após a partida do pai), responsabilizando-a duplamente e reforçando o trabalho de cada um no agregado. No entanto, esta situação traz, do ponto de vista da criança, vantagens e desvantagens: as desvantagens situam-se no facto de a ausência do pai ser desestruturante; as vantagens traduzem-se na estabilidade económica que esta ausência dá. É de difícil avaliação por haver aspectos positivos e negativos e por ser para elas uma experiência ambivalente, pois

os resultados de bem-estar económico familiar são bastante altos, ao mesmo tempo que notam uma maior vulnerabilidade da sua família e iniquidade social. Não que os filhos de pais não ausentes não o sintam, mas nas crianças de pais ausentes, estas situações sociais são exacerbadas e causadoras de maior *stress*. A longo prazo, para os autores, esta situação pode resultar em factores de risco como o abandono escolar, comportamentos aditivos, vulnerabilidade e incerteza familiar e social. Isto também é verdade para as crianças que nascem fora de uma relação onde foi contraído matrimónio, ou seja, as crianças de mães solteiras e de relações extraconjugais (Aquilino, Bane, & Ellwood, citado por Woldoff & Cina, 2007).

Ellis et al. (2003) estudaram o impacto da ausência do pai biológico na actividade sexual das adolescentes americanas, aferindo que estas correm maior risco de terem práticas sexuais antes de atingirem a maioridade, sendo que aproximadamente 10% destas adolescentes acabam por engravidar ainda na fase da adolescência. Esta descoberta vem ao encontro do que foi já teorizado em estudos anteriores, de que *stress* no meio familiar provoca comportamentos pouco adequados nestas adolescentes (Belsky, Steinberg, & Draper; Coley & Chase-Lansdale; Fergusson & Woodward; Robbins, Kaplan, & Martin; Scaramella, Conger, Simons, & Whitbeck, citados por Ellis et al., 2003).

Não menos importante é o facto de existirem ainda questões que se relacionam com o bem-estar da mãe e, consequentemente, com a relação que estabelece com a criança. Mistry, Stevens, Sareen, Vogli e Halfon (2007) estudaram a situação em que uma mãe com uma criança pequena se encontra. Estes autores consideram que mães nestas condições se encontram em risco no que diz respeito à sua saúde mental, com uma percentagem de 19% das mães que dão à luz a apresentarem no mínimo dois sintomas depressivos. A saúde mental das mães é essencial para o desenvolvimento do bebé e, segundo a teoria psicanalítica de Klein (citado por Segal, 1975), a sua fragilidade poderá desencadear algumas patologias possíveis. Pode também provocar na criança um sentimento de culpa, introjectando-a e fixando-se na fase depressiva. É sabido que a estrutura depressiva é acompanhada por uma baixa auto-estima (Bolognini, Plancherel, Bettschart, & Halfon, citados por Antunes et al., 2006). A ausência paterna nestes casos é também consideravelmente marcante devido à falta de apoio dado às mães que, como foi dito anteriormente, é fulcral para que a mãe se possa centrar na atenção dada ao seu bebé.

Cowan et al. (citado por Moura-Ramos & Canavarro, 2007), num estudo em que se tentou perceber o nível de mudança em cinco domínios distintos (sentido de identidade individual, relação conjugal, percepção da família de origem, *stress* e suporte social) nos pais, aquando da chegada de um filho, verificaram que a mãe sofria, praticamente em todos estes domínios, mudanças muito mais acentuadas que os pais. Também Miller e Solie (citado por Moura-Ramos & Canavarro, 2007), ao aferirem o aumento significativo de *stress* que o nascimento de um filho representa para o casal, salientam que este nível de *stress* era sempre superior nas mães, que nos pais, sobretudo porque experimentam uma maior transformação no papel que assumem na família, e devido às mudanças que ocorrem nomeadamente no sono, tempos de lazer, relação sexual e partilha de tempo com amigos e companheiro (Dickie, citado por Moura-Ramos & Canavarro, 2007). Moura-Ramos e Canavarro (2007), numa investigação a propósito da adaptação parental após o nascimento de um filho, conseguiram verificar que, de facto, há uma discrepância entre a adaptabilidade da mãe e a do pai face ao nascimento de um filho (quer este seja o primeiro filho, quer não). Estas diferenças centram-se mais na reactividade emocional e na psicossintomatologia, sendo os níveis da mãe superiores aos do pai, principalmente, nos dias que correm imediatamente pós o nascimento dos filhos. As autoras afirmam que estes resultados confirmam a reacção mais intensa e a dificuldade de adaptação por parte das mães, tendo em conta a negatividade do sentimento com mais elevado grau (tristeza) e níveis de sintomatologia patológica mais elevada. Este estudo foi feito em duas fases distintas. Uma primeira fase, nos dias que precediam o nascimento do bebé e oito meses após o nascimento deste. Os resultados obtidos nesta segunda fase, apontam para uma maior proximidade entre o casal e maior adaptação parental. Este facto poder-se-ia explicar pelo alcance de uma maior organização na vida familiar.

O estado psíquico da mãe influencia a criança ainda antes de esta nascer, daí que todas as situações pelas quais a mãe passa sejam transmitidas à criança incessantemente, sem que a mãe o possa evitar. São de evidenciar situações que despoletem ansiedade, estados depressivos, problemas familiares ou de qualquer outra índole, que deixem a mãe sensibilizada, pelo que farão com que o bebé receba uma série de angústias de igual forma, ou de forma ainda mais exacerbada, do que após o nascimento (Aranda et al., 1982).

Presença do pai, envolvimento paterno e aceitação parental

Como já foi anteriormente dito, o pai e a sua presença, deixam à criança, futuro adolescente, profundas marcas no desenvolvimento da sua personalidade, no desenvolvimento cognitivo ou emocional, no estilo de vinculação e consequente relação com o outro, no seu processo de identificação e de identidade (Malpique, 1990).

Eizirik e Bergman (2004) dão alguns exemplos disso. Shinn (citado por Eizirik & Bergman, 2004), nos seus estudos acerca dos efeitos da ausência paterna no desenvolvimento cognitivo das crianças, verificou que as crianças cujos pais eram ausentes revelavam desempenhos escolares mais pobres. Rohde et al. (citado por Eizirik & Bergman, 2004) centram-se mais na função dinâmica do pai numa tríade. O facto de o pai estar presente estabelece um elo de ligação com a realidade e é um factor de divisão da relação inicial simbiótica da mãe com o bebé, dando a entender à criança que esta não é o núcleo principal da atenção da mãe. Tem, assim, uma função preponderante no estabelecimento da triangulação e, consequentemente, ajuda na elaboração da perda da relação inicial com a mãe. A presença do pai, ainda nesta relação inicial, é também bastante importante para a mãe, que se sente apoiada afectivamente para que seja possível a interacção saudável e estável com o bebé. Quando o casal planeia conjuntamente a vinda de um filho, existe sem dúvida uma maior entrega, empenhamento e gratificação dos pais, que se vão preparando e reestruturando a sua relação de forma a receber o bebé da melhor forma. Ainda assim, mesmo quando esperada, esta transição não deixa de ser uma fonte de *stress* na relação; quando não o é, a pressão e o *stress* sobre ambos os pais e ainda mais sobre a mãe é em si desorganizadora (Costa, 1994).

Quanto à perspectiva de aceitação parental refere-se não só à efectiva aceitação, em termos de comportamentos e atitudes, mas ao amor, preocupações e afeição que os pais demonstram pelos filhos, sendo que a não aceitação se refere exactamente ao contrário (Rohner & Khalique, 2002).

São também os pequenos gestos de encorajamento e aprovação, aquando da execução de uma tarefa, que se tornam importantes para a criança desde bem pequena. Segundo Brazelton (2000), quando os pais têm esta atitude face aos feitos da criança, estão a contribuir para que esta tenha, de futuro, uma boa imagem de si própria. De acordo com o autor, esta atitude não é passiva e depende muito das expectativas que os pais têm, assim como das suas experiências

passadas. No entanto, a liberdade de exploração dada à criança pelos pais, não passa apenas por este encorajamento, mas essencialmente pela mostra incessante de carinho e amor, acompanhada por transmissão de formas de pensar e de resolução de problemas. Assim, a criança vai adoptando estes conhecimentos, à medida que cria uma boa identificação com os pais (Brazelton, 2000).

De acordo com Rohner e Khaliq (2002), as crianças necessitam de respostas aceitantes não só, mas principalmente, por parte dos pais. Esta necessidade é um motor de motivação extremamente forte para a criança. A não verificação deste comportamento tende a levar a criança a ter comportamentos hostis, instabilidade emocional, dependência e pessimismo. Para os autores, aquilo que se denomina por rejeição parental, tem efeitos nefastos e quase que irremediáveis no ajustamento e comportamento das crianças e até na idade adulta.

Lima (2005), num estudo que fez sobre o envolvimento paterno, adverte que o interesse por este assunto não é súbito, ao contrário de outros estudos já mencionados, mas causado pelas transformações sociais e da estrutura do casamento, inclusive no papel que nele o homem agora desempenha e também devido às expectativas da sociedade sobre o papel do pai. Segundo Maccoby, Buchanan, Mnookin e Dornbusch (citados por Lima, 2005), os pais têm-se mostrado cada vez mais interessados em participar activamente na vida dos filhos, mostram maior satisfação com o facto de serem pais, têm mais sentido de competência parental e estão cada vez mais a disputar com as mães a atribuição do poder paternal, em situação de divórcio.

As crianças cujo envolvimento paterno é maior, caracterizam-se por alta capacidade cognitiva, empatia, maior *locus* de controlo interno e menor presença de estereótipos acerca das diferenças sexuais (Ford et al., 2008).

Pegando novamente nas ideias introduzidas por Balancho (2004), citando Soullerot e Belo e Macedo, há uma discrepância entre as expectativas de uma nova sociedade (inclinada a um grande envolvimento parental) e a realidade quanto ao papel do pai e o seu real envolvimento (Lima, 2005).

Em relação às formas de envolvimento, vários autores propuseram um modelo tripartido, assente nas diferentes formas de envolvimento que o pai pode ter na socialização da criança (Lima, 2005). Este modelo divide-se então em três categorias, que atendem à Interação,

Acessibilidade e Responsabilidade. Assim, na categoria da Interação, temos a interação efectiva e directa do pai com a criança, em actividades como a alimentação e o jogo; no que diz respeito à Acessibilidade, o pai pode ou não envolver-se na interação, mas apresenta-se disponível (quer física, quer psicologicamente) para a criança. Na terceira categoria, a Responsabilidade, o pai assume a responsabilidade pelo cuidado e bem-estar do filho. Esta categoria é para Lamb (citado por Lima, 2005) a forma mais significativa de envolvimento paterno, inclusivamente no período pré-natal; no entanto, o autor ressalva que esta categoria é a de mais difícil avaliação, uma vez que não diz respeito ao contacto directo com a criança, nem é possível categorizar o empenho emocional por parte do pai. De acordo com Marsiglio, Day e Lamb (citados por Lima, 2005), estas formas de envolvimento, desenvolvem-se a par de quatro dimensões de influência paterna, a saber: Educação e cuidado; Orientação ética e moral; Apoio emocional, prático e psicossocial à companheira; Sustento da família. Estas formas de envolvimento paterno não são estanques nem exclusivas, mas de continuo envolvimento (Palkovitz in Marsiglio et al., citado por Lima, 2005).

Ponto de vista psicopatológico

Tremblay, Tremblay e Saucier (2004) afirmam que a falta ou fraca presença do pai está normalmente ligada a comportamentos disruptivos e outras patologias. Foi neste sentido que compararam o comportamento de grupos de crianças que viviam só com as mães e que viviam com ambos os pais. Os resultados desta investigação longitudinal, sugeriram que as crianças que vivem só com as mães não se consideravam menos amadas pelo pai, enquanto crianças, mas que este sentimento mudava consideravelmente a partir da pré-adolescência. Nesta etapa das suas vidas, estas crianças consideravam veementemente que eram menos apreciadas e investidas pelo pai, que pela mãe. Ainda sobre este tema, Tremblay et al. (2004) reforçam a importância e recorrência do impacto que o papel do pai tem nos problemas de comportamento, desenvolvimento moral e nas relações entre pares na adolescência. Indo ainda mais longe, também encontram evidências na criminalidade, já na vida adulta, abuso do álcool e patologias do foro mental. Johnson (citado por Tremblay et al., 2004) indica que quanto mais baixa for a percepção do envolvimento e amor do pai, mais alto será o risco de delinquência. No entanto, King (citado por Tremblay et al., 2004), desta feita num estudo centrado apenas em crianças que não vivem com o pai, não encontrou diferenças quer no

bem-estar quer no comportamento de crianças que tinham visitas frequentes do pai e de crianças que raramente eram por estes visitadas, aferindo que o benefício para a criança advém da qualidade da relação e não do número de contactos. Esta hipótese também é confirmada por Zimmerman, Salem e Maton (citados por Tremblay et al., 2004), que afirmam não ser a presença ou ausência física do pai a principal preditora de comportamentos de risco, antes a qualidade da relação do pai com a criança.

Para Pipp, Easter e Brown (2003), a descontinuidade de laços tem três estádios a ultrapassar, nomeadamente a fase de protesto, a fase de desespero e a fase de desvinculação. Na perspectiva dinâmica, estas fases expressam-se pela dor e sofrimento, pela manifestação de depressão e luto e por um trabalho psíquico de defesa e reconstrução cognitiva. Pipp et al. (citado por Gleitman et al., 2003) referem ainda que estas manifestações tendem a piorar quando a separação se prolonga, prejudicando consequentemente o desenvolvimento afectivo e levando, por vezes, à diminuição do desenvolvimento cognitivo. Podem também gerar perturbações somáticas, psicossomáticas, sintomas depressivos e perturbações do comportamento.

Zavaschi et al. (2002), numa revisão de literatura da última década, encontraram uma associação entre perdas na infância e depressão em adulto, ou seja, situações como a perda de vínculos afectivos, onde pode ser tida em conta a privação de um ou de ambos os pais por abandono ou afastamento, podem ser factores preponderantes que contribuem para a depressão na vida adulta. Estes factores são considerados vivências traumáticas com repercussões em toda a vida do indivíduo, indo assim ao encontro de Teixeira (2005), que afirma que o comportamento patológico pode ser originado por vários factores, de entre os quais interessa salientar a experiência de sofrimento (permanente e intenso) e crise no núcleo familiar.

Malpique (1990) considera a ausência paterna um factor de risco do ponto de vista psicopatológico, ainda mais quando se prolonga por muito tempo, durante o qual se podem fixar comportamentos desviantes e perturbadores na conquista da identidade. Acrescenta ainda que, segundo Luquet (citado por Malpique, 1990), esta ausência resulta na “ (...) impossibilidade de ultrapassar o movimento Edipiano, cuja finalidade é situar a função do ideal” (p. 50). A função do ideal encara-se, segundo Malpique (1990), a dois níveis:

- Nível arcaico, do ideal do *Eu*. Este está ligado ao sistema imagóico (supracitado) e condiciona o equilíbrio, podendo levar a regressões, responsáveis por possíveis patologias da *idealidade*, tomando a forma de depressões, toxicomania e perturbações de carácter;
- Nível mais evoluído e orientador do narcisismo e orientação do *Eu* – *Eu* ideal. As perturbações possíveis advêm da lacuna maturativa aquando da introjecção dos imagos parentais. As possíveis patologias daí advindas são, segundo a autora, a doença da *anidealidade*, que se reflecte em doença operatória, no vazio e ausência de objectivos e esperança, nas palavras de Teixeira (2005), visto como fracasso na relação consigo, ou por outra, frustração nas escolhas e existência. É então, ainda segundo Malpique (1990), que o ideal do *Eu* e o Super *Eu*, que se revelam da maior importância na medida em que são fundamentais para o equilíbrio da estrutura psíquica pelo elevado grau de sublimações que mobilizam, perdem as referências do real (dados pela presença do pai) e permanecem numa situação de imaturidade. Este *Eu*, que necessita da coesão familiar que lhe confere o fortalecimento necessário e noções de valores sociais bem definidos, para futura inserção e sucesso, quer profissional quer social, encontra-se então numa situação de difusão de identidade. Os comportamentos desadaptados são, assim, provocados pela falta de fundamento ideológico estruturado, devido à lacuna existente por uma ausência que deveria deixar como herança primária o princípio da realidade em substituição do princípio do prazer (Aranda et al., 1982).

Quando numa família, o pai se encontra permanentemente ausente, este não é por si só o único factor de *stress* enfrentado por este tipo de famílias. Ellis et al. (2003) afirmam que a este facto se associam outros, tais como a pobreza, os conflitos familiares e a falta de qualidade no controlo exercido sobre os menores, que podem proporcionar não só os comportamentos disruptivos como aditivos supracitados.

Condição socioeconómica de famílias monoparentais

Tal como já foi anteriormente descrito, surgem várias razões para que o pai não esteja presente na vida diária dos filhos: gravidez fora do casamento e sem posterior coabitação do

pai, divórcio e consequente entrega da custódia dos filhos à mãe, óbito, ou ainda através da emigração.

Para Borges, Thofehn e Meincke (2005), “o grande número de famílias sem pai é motivo de preocupação social, porque as mulheres sem cônjuge e seus filhos estão sujeitos a sofrer tensão emocional, dificuldades financeiras e desvantagens sociais” (p. 33).

Uma das formas de ser constituída uma família monoparental é a gravidez fora do matrimónio. Se, por um lado, se pode verificar pela decisão da mulher independente e profissionalmente bem sucedida (Gomes & Resende, 2004), e aqui não se colocarão problemas do foro económico, por outro, há casos de gravidez indesejada, quer na idade adulta, quer na adolescência, em que se colocarão estes problemas (Figueiredo, Pacheco & Magarinho, 2005). No caso das mães adolescentes, já elas mesmas muitas vezes provenientes de famílias carenciadas, muitas vezes de risco, onde prevalece a ausência do pai, pobreza ou ainda a exclusão do sistema de ensino e de emprego; a situação em que se vão encontrar posteriormente também não irá ser favorável, pelo que se traduzirá em menor progressão profissional ou escolar, desemprego, emprego precário ou mal remunerado e que colmatará, na maioria dos casos, em condições de baixo rendimento económico.

Já a família onde ocorre o divórcio, segundo Cowan, Cowan, Pruett e Pruett (2007), verifica-se um decréscimo de envolvimento maioritariamente paterno - uma vez que a custódia dos filhos é também, na maioria das vezes, atribuída à mãe - e um grande aumento das dificuldades económicas. No entanto, para Graham e Beller (2002), são os pais que não vivem junto dos filhos, mas que passam com estes algum tempo, que garantem alguma assistência financeira. Para os autores, há situações que não permitem que estes pais cumpram com o suporte económico da forma que os pais que compõem o agregado familiar da criança. Garfinkel, McLanahan e Hanson bem como Sorensen (citados por Graham & Beller, 2002) aferiram que, comparados com os pais que coabitam com as crianças e com suas mães, os pais divorciados tendem a ser ligeiramente mais novos, menos saudáveis, têm menor percurso académico, menor poder económico, trabalhos instáveis, e cerca de um terço destes pais já têm novas famílias para sustentar. Embora estes pais tenham a obrigação legal de contribuir para o sustento dos seus filhos, apenas 37,4% das mães americanas inquiridas em 1995, afirmavam receber a pensão de alimentos legalmente estipulada na totalidade.

Na situação de óbito, as famílias ficam ainda mais fragilizadas, uma vez que não podem sequer contar com o apoio (ainda que mínimo) anteriormente referido (Costa, Cia, & Barham, 2007). Assim, a mãe tem que contar apenas com o seu desempenho, tanto economicamente, como em termos de estruturação da dinâmica familiar. No que toca à emigração, segundo Aguilera- Guzmán et al. (2004), a família vive momentos de baixo suporte emocional, sendo que as crianças e respectivas mães referem a falta que se faz sentir aquando da ausência dos pais, mas que é compensada pelos ganhos económicos que isso traz. Malpique (1990), por sua vez, estudando uma comunidade piscatória da zona da Afurada, conta uma realidade bem diferente do ponto de vista económico, uma vez que a ausência do pai não é tão bem recompensada economicamente e pelo facto destas famílias viverem em permanente ansiedade e constante sobressalto pela chegada do patriarca, principalmente devido à grande tendência para acidentes fatais com pescadores.

Em contrapartida, no contexto da situação de conjugalidade, segundo Coelho (2006), há duas situações económicas distintas em Portugal, do ponto de vista da mulher, a saber: as mulheres que dependem economicamente do marido, que representam mais de um quarto da população feminina casada e onde se enquadram as mulheres de média idade; e as mulheres que apresentam menores níveis de dependência económica. Esta dependência tende a aumentar consoante a existência de filhos, sendo que as mulheres sem filhos revelam uma menor dependência. A autora refere que nas sociedades actuais, ainda vigora o homem como sendo o principal detentor da economia do casal, sendo ele que a orienta. O que é de salientar, é que na população portuguesa, as mulheres atingem níveis de independência económica mais altos, quer tenham filhos ou não, contrariando a tendência dos outros países comunitários.

Plano de investigação

Este estudo visa conhecer melhor a forma como a criança que não vive com o pai se percebe ou, por outra, visa determinar se existem diferenças entre a auto-estima e o autoconceito (considerando a importância atribuída aos domínios do autoconceito) destas crianças e das que vivem com ambos os pais.

Uma investigação que abrange esta condição familiar, a ausência do pai, revela-se bastante importante nos dias que correm, dado que, como já se deu conta, o pai pode estar, muitas vezes, ausente. De facto, assiste-se cada vez mais à existência de famílias monoparentais, podendo este factor reflectir-se nas relações interpessoais e intrapsíquicas dos indivíduos (Eizirik & Bergman, 2004).

A formação do autoconceito e da auto-estima é influenciada pelas interacções que se estabelecem no seio da família (Peixoto, 2003). Assim, o ambiente familiar com afecto, amor, limites claros e disciplina proporciona uma formação positiva de autoconceito e promove a auto-estima das crianças. Tendo em conta a revisão de literatura já feita, embora a ausência do pai não tenha sido operacionalizada no sentido da citação anterior, convém realçar que a composição nuclear de uma família tem, em princípio, estas duas componentes: a parte afectiva, desempenhada essencialmente pela mãe (mas não exclusiva desta) e a parte regente e disciplinadora, dada pelo pai (mas não exclusiva deste), proporcionando, segundo Peixoto (2003), a formação positiva de autoconceito e auto-estima. Assim, com base nestes pressupostos, colocam-se a primeira e segunda hipóteses:

Na primeira hipótese, procura-se aferir se **as crianças que não vivem com o pai, têm autopercepções mais negativas do que as crianças que vivem com ambos os pais**, enquanto que na segunda hipótese se testa se, nesta amostra, **existe uma relação negativa entre o tempo de ausência do pai e os níveis de auto-estima das crianças**.

Para a terceira hipótese, e tendo novamente como suporte a proposição segundo a qual uma boa relação com ambos os pais é um bom preditor académico e também está implicada nas preferências relativamente aos domínios do autoconceito e à importância atribuída aos mesmos (Eccles et al., 1993). Tal como Hattie, (1992) e Harter (1993) indicam, a auto-estima

resulta da avaliação global que cada um faz das suas qualidades, do ponto de vista afectivo, sendo afectada pelas opiniões dos outros e pela importância que as áreas de desempenho representam, sendo que, como se de uma defesa se tratasse, a criança que se autopercepção negativamente nos domínios de autoconceito, tende a dar-lhes menos importância (Peixoto, 2004). Assim, de acordo com a terceira hipótese, **as crianças que não vivem com pai, darão menor importância aos domínios do autoconceito.**

Aguilera-Guzmán et al (2004), com o seu estudo acerca das transformações na vida das crianças cujos pais estavam ausentes, chamaram à atenção para o factor económico. Neste sentido, os autores afirmavam que o desconforto emocional criado pela ausência do pai, poderia também ser, de alguma forma, parcialmente colmatado pela estabilidade económica que esta ausência poderia trazer, tendo em conta que estes pais se encontravam longe a fim de garantir esta estabilidade. No entanto, estas afirmações podem ser verdade apenas para populações específicas, como é o caso do estudo em questão, que se focou em pais emigrantes. Assim, esta ausência pode ter origem em vários factores e ser responsável por uma situação económica pouco favorável. Então, de acordo com a quarta hipótese, **existe uma associação negativa entre o rendimento económico do agregado familiar e o tempo de ausência do pai.**

Método

Participantes

A recolha de dados foi realizada num Colégio da área de Vila Franca de Xira, nas três turmas do 6º ano que este colégio possui. O processo de amostragem foi de conveniência, visto terem sido entregues autorizações a todos os alunos de todas as turmas do 6º ano (faixa etária em estudo) desta escola e ter-se procedido à recolha de dados junto de todos os alunos que estavam autorizados a fazê-lo.

Participaram neste estudo 42 alunos de ambos os sexos: 21 rapazes e 21 raparigas. Onze crianças vivem sem a presença diária do pai e 31 coabitam com o pai. Destas 11 crianças, 7 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Neste estudo, contou-se também com a participação dos pais, uma vez que foram estes que preencheram o questionário sociodemográfico.

Relativamente à escolaridade e ao estatuto socioeconómico destes pais, esta amostra é bastante heterogénea, como se pode observar nas tabelas abaixo apresentadas. A maioria dos agregados têm rendimentos que se situam entre os 2 000 e os 2 800 euros (34,5%), embora uma percentagem igualmente elevada, 34,4 %, se situe abaixo deste rendimento (Tabela 1)

Tabela 1 –Rendimento económico familiar ($N = 29$)

Rendimento económico mensal (Euros)	Frequência	%
400 < 1200	5	17,2
1200 < 2000	5	17,2
2000 < 2800	10	34,5
2800 < 3600	2	6,9
3600 < 4400	2	6,9
4400 < 5200	3	10,3
> 5200	2	6,9

A Tabela 2 apresenta os dados relativos às habilitações literárias dos pais. Destaca-se o considerável número de pais que frequentou o ensino superior.

Tabela 2 – Habilitações literárias dos pais

	Mãe (N=41)		Pai (N=38)	
	Frequência	%	Frequência	%
1º Ciclo	2	4,9	2	5,3
2º Ciclo	5	12,2	4	10,5
3º Ciclo	7	17,1	9	23,7
Ensino Secundário	13	31,7	9	23,7
Bacharelato	5	12,2	5	13,2
Licenciatura	8	19,5	8	21,1
Mestrado	1	2,4	1	2,6

Instrumentos

Neste estudo, foi utilizado um Questionário Sociodemográfico (Anexo A) construído com base na informação que se pretendia obter sobre a dinâmica familiar das crianças. Era fundamental saber se estas viviam com o pai e se também estavam com este diariamente. Também permitiu averiguar o número de elementos que constituía o agregado familiar, bem como o rendimento económico mensal familiar e as habilitações literárias dos pais.

Neste estudo, foi ainda aplicado outro instrumento, que serviu para avaliar os níveis de auto-estima e de autoconceito das crianças envolvidas. Este teste foi o *Self Esteem Profile for Children* de Harter (1985), adaptado por Peixoto (2003). Este instrumento consta de uma escala denominada *Escala de Autoconceito e de Auto-estima para crianças*, elaborada por Susan Harter (1985), derivada da *Perceived Competence Scale for Children* (Harter, 1982).

É indicado para crianças com idades superiores a 8 anos (ou acima do 3º ano de escolaridade) fundamentalmente por dois motivos: o primeiro tem a ver com o facto de crianças mais novas não dominarem a linguagem e a leitura a ponto de perceberem o que consta nos questionários; o outro prende-se com a perspectiva desenvolvimentista de Harter (1985), segundo a qual as crianças mais novas não possuem ainda consolidada a sua auto-estima. É constituído por duas partes: o Perfil de autopercepção e a Escala de importância e, portanto, fornece medidas

separadas referentes a diversos domínios do autoconceito (já que este é concebido como multidimensional) e, principalmente, uma medida independente de auto-estima. O instrumento é constituído por seis subescalas: cinco referentes aos domínios específicos do autoconceito e uma para a auto-estima:

Os conteúdos de cada domínio são (Senos, 1996):

1. Competência Escolar: os itens desta subescala procuram avaliar a percepção dos alunos acerca da sua capacidade ou competência ao nível do desempenho académico; correspondente aos itens 1, 7, 13, 19, 25 e 31 da escala.
2. Aceitação Social: os itens desta subescala destinam-se a avaliar o grau em que a criança é aceite pelos pares, ou se sente popular entre eles. Na escala, os itens que lhe correspondem são: 2, 8, 14, 20, 26 e 32.
3. Competência Atlética: os itens desta subescala destinam-se a avaliar o sentimento próprio de competência em jogos de ar livre e desportos; os itens correspondentes são: 3, 9, 15, 21, 27 e 33.
4. Aparência Física: os itens desta subescala destinam-se a avaliar até que ponto é que a criança se sente feliz com a sua aparência. Os itens a que corresponde na escala são: 4, 10, 16, 22, 28 e 34.
5. Comportamento: os itens desta subescala destinam-se a avaliar até que ponto a criança aprecia o modo como se comporta, faz aquilo que deve, ou se espera que faça, e evita dificuldades em consequência do seu comportamento. Na escala, os itens que correspondem a esta subescala são: 5, 11, 17, 23, 29 e 35.
6. Auto-Estima Global: os itens desta subescala avaliam até que ponto a criança gosta de si mesma como pessoa, gosta do modo como corre a sua vida e se sente feliz, de um modo geral, consigo mesma, correspondendo aos itens 6, 12, 18, 24, 32 e 36 da escala.

Cada uma das subescalas contém seis itens, constituindo um total de 36 itens. Dentro de cada subescala, três dos itens estão construídos de modo a que a afirmação reflectindo uma alta competência percebida surja do lado esquerdo, enquanto que nos restantes três, a afirmação reflectindo uma alta competência percebida surge do lado direito. Nos seis primeiros itens, as diferentes subescalas vão aparecendo de forma alternada pela seguinte ordem: (a) competência escolar, (b) aceitação social, (c) competência atlética, (d) aparência física, (e) comportamento, (f) auto-estima global. Esta ordem vai manter-se ao longo de toda a escala para os 36 itens que a constituem.

O formato utilizado tem o objectivo de mostrar às crianças que existem outras com as quais se podem identificar, em maior ou menor grau, que não existem respostas certas ou erradas, nem melhores ou piores, mas todas elas são possíveis e igualmente aceites. Este facto é operacionalizado pela própria estrutura alternativa para os itens da escala. Este instrumento pode ser utilizado de forma individual ou em grupo. Neste caso, a técnica utilizada foi em grupo, pela economia de tempo dispendido, uma vez que o teste foi aplicado durante o período lectivo, e de forma a minorar o tempo de ausência nas aulas.

Procedimento

Primeiramente foi pedida autorização à instituição, que se disponibilizou de imediato a enviar autorizações para os encarregados de educação. Estas autorizações, embora em nome da instituição, foram elaboradas em conjunto com o investigador, a fim de poder clarificar o objectivo do estudo.

No total, foram entregues autorizações a 66 crianças (número de crianças dentro da faixa etária pretendida, que frequentam a instituição e cujos directores de turma se disponibilizaram a colaborar no estudo). Apenas 51 pais aceitaram responder ao inquérito e permitir que fosse aplicada a escala de autoconceito e de auto-estima aos seus educandos. No entanto, só 42 devolveram o questionário sociodemográfico devidamente preenchido, reunindo assim as condições mínimas necessárias para participar no estudo.

Após a recolha de todas as autorizações, onde constava o objectivo do estudo e as condições de aceitação de parte a parte, foi entregue o questionário sociodemográfico para os pais preencherem. Foram os professores que se disponibilizaram a recolher estas autorizações, e foi através destes que se soube quais eram os alunos que podiam participar no estudo. Foram também os professores que entregaram aos alunos os questionários sociodemográficos para levarem para casa e entregar aos seus pais, a fim de ser preenchido.

A escala de autoconceito e auto-estima foi aplicada a estes alunos, nas suas salas de aula, num tempo lectivo disponibilizado pelos professores. Embora os professores estivessem nas salas enquanto foi aplicada a escala, foi permitido que se monopolizasse o tempo dado da forma que melhor aprouvesse.

Começou por se dizer com que objectivo se estava ali e o que iriam fazer. Pediu-se então que escutassem com atenção as instruções: “Têm aqui algumas frases que falam de crianças com gostos, capacidades e maneiras de ser diferentes. Para responder a este questionário, gostava que assinalassem com quais se acham mais parecidos. Não há respostas certas nem erradas. Assim, primeiro peço-vos que escolham se são mais parecidos com as crianças do lado esquerdo que gostam mais de brincar na rua nos seus tempos livres, ou se são mais parecidos com as crianças do lado direito que gostam mais de ficar em casa a ver televisão. Antes de escrever devem pensar bem até decidir com que crianças são mais parecidos”.

Dadas as instruções, antes da aplicação da escala, foi feito com os alunos em conjunto, um exemplo de resposta a uma questão, havendo sempre a preocupação de certificar que todas as crianças compreendiam as instruções dadas e a tarefa a realizar. Prosseguindo com as instruções, foi dito às crianças: “Agora que já decidiram com qual criança se parecem mais, têm de decidir se são tal e qual assim ou se são só um bocadinho assim. Se são tal e qual assim, põem uma cruz no quadrado debaixo do sítio que diz “sou tal e qual assim”. Se são só um bocadinho assim, põem a cruz no quadrado debaixo do sítio que diz “sou um bocadinho assim”. Este exemplo foi só de treino. Agora, recomendo que este procedimento se repita com o resto das frases. Para cada uma, marcam só um quadrado, aquele que corresponde ao menino(a) com quem mais se parecem.”

Embora seja fornecida uma grelha de cotação, o procedimento é o de atribuir uma pontuação de 1 a 4 a cada um dos itens. Ao longo do questionário, existem itens que remetem para uma elevada competência percebida e itens que reenviam para uma baixa competência percebida. Assim, a cotação para os primeiros é de 4, 3, 2, 1 e, para os segundos, é de 1, 2, 3, 4, consoante o grau de identificação do sujeito com cada uma das afirmações.

Assim, se a criança achar que esquece muitas vezes o que aprende e depois se considerar “sou tal e qual assim”, terá 1. Mas se considerar que é “só um bocadinho assim”, terá 2. Uma criança que indicar que consegue lembrar-se das coisas facilmente, mas que é “só um bocadinho assim”, terá 3. No entanto, se considerar que é “tal e qual assim” terá 4.

Existe uma folha de cotação onde as pontuações das crianças são registadas e onde os diversos itens são agrupados consoante a subescala de que fazem parte, de modo a facilitar o

cálculo da média para cada uma delas. Obtêm-se, assim, seis totais, um para cada uma das diferentes subescalas que definem o perfil de autopercepção da criança.

O procedimento para determinar a relação entre a percepção de competência em domínios considerados importantes e a auto-estima envolve o cálculo da discrepância entre os julgamentos de competência da criança no perfil de autopercepção (como é que sou?) e o seu julgamento acerca da importância de cada um dos cinco domínios (qual é para ti a importância destas coisas?). O objectivo principal é o de determinar como é que a criança se percebe em áreas por si consideradas importantes. Se a criança se percebe como competente em áreas consideradas importantes, então haverá uma pequena discrepância e a criança deverá obter um valor de auto-estima elevado. Pelo contrário, se a criança sente que alguns domínios são muito importantes, mas se os níveis de competência percebida são baixos nessas áreas, deverá então verificar-se uma discrepância elevada entre importância e competência, discrepância essa que resultará numa baixa auto-estima (Harter, citado por Veiga, 1996).

Para verificar a consistência interna dos dados obtidos com base no instrumento (*Escala de autoconceito e de auto-estima*), calcularam-se coeficientes alfa de Cronbach. Através dos resultados da Tabela 3, pode-se observar uma boa consistência interna nos diferentes domínios do autoconceito. É de referir que, para garantir uma melhor consistência interna, neste cálculo, foi excluído o item 15 do domínio da Competência Atlética. No que se refere à importância, também se verifica o mesmo, excepto nos domínios de Aceitação Social e Aparência Física, cujos valores (.34 e .60, respectivamente) se consideram muito abaixo do desejado para uma boa consistência interna (.70).

Tabela 3 – Coeficientes alfa de Cronbach obtidos nas dimensões da escala de autoconceito e de auto-estima

Domínios do autoconceito	α	
	Autoconceito	Importância
Competência escolar	.79	.74
Aceitação Social	.66	.34
Competência Atlética	.75	.71
Aparência Física	.85	.60
Comportamento	.78	.72
Auto-estima	.76	.76

Após a recolha dos dados, foi elaborada uma base de dados em *Excel*, para depois ser passada para o *SPSS*, a fim de se dar início à análise dos mesmos. Seguiu-se o cálculo das médias dos itens, relativas ao total da escala e às pontuações parciais relativas aos diferentes domínios que a escala permite avaliar.

Em primeiro lugar, procedeu-se à recodificação das variáveis pertencentes à auto-estima (importância dos domínios do autoconceito) e das variáveis pertencentes ao autoconceito (autopercepções nos domínios do autoconceito). Esta recodificação foi feita através dos valores acima dos quais se considera existir alta auto-estima – 3 e 4- e abaixo dos quais se considera existir baixa auto-estima – 1 e 2.

Seguidamente, decidiu-se que testes estatísticos se iriam utilizar para analisar os dados obtidos no sentido de confirmar/infirmar as hipóteses colocadas. Assim, para a primeira e terceira hipóteses recorreu-se a uma análise de variância multivariada, MANOVA, e para a segunda e quarta hipóteses, recorreu-se ao coeficiente de correlação de *Spearman*.

Apresentação e análise de resultados

Nesta secção, são apresentados os resultados obtidos, procurando fazê-lo confirmando ou infirmando as hipóteses colocadas.

Autopercepções das crianças

De acordo com a primeira hipótese, as crianças que não vivem com o pai têm autopercepções mais negativas do que as crianças que vivem com ambos os pais. Para testar esta hipótese, optou-se por avaliar as respostas dadas pelas crianças na escala de autoconceito e auto-estima. A Tabela 4 apresenta as percentagens dos níveis de autoconceito em função da coabitação com o pai.

Tabela 4 - Percentagem dos níveis de autoconceito em função da coabitação com o pai

Autoconceito	Crianças que vivem com o pai		Crianças que não vivem com o pai	
	Alto conceito	Baixo conceito	Alto conceito	Baixo conceito
Competência escolar	19,4%	80,6%	36,4	63,6
Aceitação Social	22,6%	77,4%	18,2%	81,8%
Competência Atlética	41,9%	58,1%	45,5%	54,5%
Aparência Física	29%	71%	34,6%	63,6%
Comportamento	19,4%	80,6%	18,2%	81,8%

Para a verificação desta primeira hipótese, começamos por efectuar uma análise de frequências referente à percentagem de crianças que se situam em cada nível de autoconceito (Tabela 4) e uma análise estatística descritiva referente à média e desvio-padrão obtidos nos diferentes domínios de autoconceito (Tabela 5). A Tabela 4 sugere que, quer as crianças que vivem com os pais, quer as crianças que não vivem com os pais revelam, na sua maioria, baixos níveis de autoconceito dos diferentes domínios avaliados.

Tabela 5 - Médias e desvios-padrão relativos aos domínios de autopercepção em função da coabitação com o pai

Domínios de autoconceito	Crianças que vivem com o pai (n=31)		Crianças que não vivem com o pai (n=11)	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Competência Escolar	2,2	0,82	2,5	0,77
Aceitação Escolar	2,2	0,74	2,3	0,65
Competência Atlética	2,6	0,84	2,7	0,56
Aparência Física	2,2	1	2,5	1
Comportamento	2,3	0,79	2,7	0,79
Auto Estima	2,0	0,80	2,2	0,79

Recorreu-se posteriormente à análise multivariada MANOVA, considerando como variáveis dependentes as percepções que as crianças têm da acerca da sua competência nos vários domínios do autoconceito e como variável independente a coabitação com o pai. Segundo os resultados da análise de variância multivariada, não existem diferenças estatisticamente significativas na competência percebida nos domínios do autoconceito, em função da coabitação com o pai ($F=(5,36)=0,527$, $p=,76$; $\alpha=,005$).

Associação entre o tempo de ausência do pai e a auto-estima da criança

De acordo com a segunda hipótese, existe uma relação negativa entre o tempo de ausência do pai e os níveis de auto-estima das crianças que não vivem com o pai. Os resultados descritivos obtidos para a variável tempo de ausência do pai constam na Tabela 6. Para aferir a associação entre o tempo de ausência do pai e os níveis de auto-estima das crianças que não vivem com este, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Spearman.

Tabela 6 – Médias e desvios-padrão do tempo que as crianças de ambos os grupos passam com o pai durante a semana e ao fim de semana

	<i>M</i>	<i>DP</i>
Tempo que a criança passa com o pai durante a semana	5,30	2,12
Tempo que a criança passa com o pai ao fim-de-semana	10,87	4,48

Especificamente, pretendeu-se verificar se quanto mais tempo o pai está ausente, menor é o nível de auto-estima da criança. Para fazer o tratamento estatístico, foi necessário recorrer ao

filtro da amostra correspondente ao grupo de crianças que não vive com o pai, com o intuito de seleccionar apenas este grupo para a análise dos resultados. A partir daqui, procedeu-se então, como já foi referido, ao cálculo do coeficiente de correlação de *Spearman*, cujos resultados obtidos permitiram infirmar a hipótese ($r_s = -.15$, $p = .68$). Efectivamente, os valores obtidos indicam que o nível de significância desta correlação não é estatisticamente significativo.

Relação entre o tempo de ausência do pai e a importância dos domínios

Para testar a terceira hipótese, de acordo com a qual as crianças que passam menos tempo com o pai dão menos importância aos domínios do autoconceito, começamos por apurar os valores de tendência central e de dispersão relativos à importância atribuída aos domínios do autoconceito (ver Tabela 7).

Tabela 7 – Médias e desvios-padrão relativos à importância atribuída aos domínios de autoconceito, em função do tempo de ausência do pai.

Importância	Criança que está diariamente com o pai		Criança que não está diariamente com o pai	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Comp. Escolar	1,73	0,96	1,27	0,65
Aceitação Social	1,40	0,72	1,41	0,54
Comp. Atlético	2,00	1,06	2,50	1,16
Aparência física	2,34	1,00	1,95	0,57
Comportamento	1,60	0,87	1,41	0,57

Em seguida, recorreu-se a uma análise de variância multivariada (MANOVA), considerando como variáveis dependentes as importâncias atribuídas aos diferentes domínios de autoconceito e como variável independente a variável correspondente ao tempo que a criança está com o pai. Os resultados obtidos permitiram verificar que as diferenças obtidas não são estatisticamente significativas ($F(5,36) = 1,429$, $p = ,237$; $\alpha = ,05$).

Relação entre o tempo de ausência do pai e o nível socioeconómico

Para testar a quarta hipótese, segundo a qual existe uma relação negativa entre o nível socioeconómico do agregado e o tempo de ausência do pai, calculou-se o coeficiente de

correlação de *Spearman*. Os resultados mostram que não existe uma relação entre o tempo de ausência do pai e o rendimento económico ($r_s = -,56$, $p = 2,52$, $n = 11$). Note-se, contudo, que a magnitude do coeficiente de correlação poderá sugerir que este resultado poderia ser estatisticamente significativo numa amostra de maior dimensão.

Discussão de resultados

Nesta parte, serão discutidos os resultados anteriormente apresentados, procurando enquadrá-los na revisão bibliográfica e aprofundamento teórico feitos.

Seguindo o objectivo para a realização deste trabalho, que consistiu em saber se há diferenças significativas nos níveis de auto-estima e autoconceito entre crianças que coabitam com seus pais e crianças que não coabitam, observaram-se resultados indicadores de que estas diferenças não existem. Este facto pode ser devido à dimensão muito reduzida da amostra, tanto mais que o grupo de crianças que não vivia com o pai tinha um n de 11, face a um n de 31, do outro grupo.

Relativamente à primeira hipótese, de acordo com a qual as crianças que não vivem com o pai, têm autopercepções mais negativas do que as crianças que vivem com ambos os pais, constatou-se que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, não se confirmando assim a hipótese formulada. Com efeito, os resultados obtidos, não vão ao encontro da teoria, cujo pressuposto defende que a criança que vive num ambiente familiar onde há aceitação, afecto, limites claros e disciplina proporciona uma formação positiva dos autoconceitos (Coopersmith, 1981) e que é o pai, principalmente nesta faixa etária que cumpre a função de ditar as regras, ancorando o desenvolvimento social da criança, disciplinando, projectando na criança a sua capacidade para o sucesso (Aranda et al., 1982; Courneau, 1991; Malpique, 1990). Para isto se verificar, o pai teria que coabitar com a criança, ou estar diariamente com ela. Ao invés disto, o que se verificou, foi que, embora a grande maioria destas crianças, raramente (36,4%), ou nunca (27,3%) esteja com os pais, não há diferenças significativas nas autopercepções, entre o grupo das que não coabitam com estes e o grupo de crianças que vivem com o pai. É de referir que, no grupo de crianças que vive com o pai, embora o casal permaneça junto, ou seja, embora a criança viva com o pai, o que se verificou na avaliação dos questionários, foi que algumas crianças estavam com o pai uma média de tempo reduzida ($M=5,30$. $DP=2,12$).

No entanto, não foram controladas variáveis que se poderiam ter tornado interessantes para estes resultados. De entre as quais, a qualidade da interacção dos pais com os filhos, como postula Amato e Gilbreth (citados por Cia, D’Affonseca & Barham, 2004), quando afirmam que mais importante do que a quantidade, é a qualidade do tempo passado com os filhos.

Também se pode considerar a proposição de Dunn (2004) acerca das mães que vivem sós com os seus filhos (num n de 11 crianças que não coabitam com o pai, apenas no caso de uma criança se verificou a reconstrução de uma família por parte da mãe), e segundo a qual quando a criança tem apenas uma figura paterna, e não tem nenhuma outra figura que possa representar este papel, pode, nesse caso, gozar de proximidade afectiva com este, ainda que não conviva com ele muito tempo. É importante para a criança saber a verdade da sua origem (Aberastury, citada por Couneau, 1991). Para além disso, ainda se pode conjecturar acerca da formação académica destas mães, que pode ser em grande medida, impulsionadora do sucesso, nomeadamente escolar, destas crianças. É importante relembrar que as mães desta amostra demonstram elevados níveis académicos.

Quanto à segunda hipótese, a relação entre tempo de ausência do pai e os níveis de auto-estimadas crianças foi refutada pelos resultados. A não confirmação da hipótese vai contra o teorizado pela maioria dos autores, nomeadamente Brazelton (2000), que afirma que os baixos níveis de auto-estima advêm da falta de envolvimento, enquanto que uma atitude presente e de aceitação na vida dos filhos, por parte dos pais, aumenta a segurança das crianças e consequentemente a auto-estima. No entanto, o papel da família como agente preponderante no desenvolvimento e influência da auto-estima, não é consensual entre os vários autores que se têm debruçado sobre este tema. Peixoto (2004) afirma que, embora a família tenha um grande impacto sobre a construção da auto-estima, o grupo de pares também se apresenta como muito importante para os julgamentos e construção da mesma. Assim, pode-se conjecturar a hipótese de que estas crianças também tenham um bom suporte social, uma vez que, embora não haja dados que o comprovem, o contexto de recolha de dados é um colégio que tem valências desde a creche até ao final do 3º ciclo e, muitas vezes as crianças seguem juntas (no mesmo grupo/turma) todo este percurso, contando com o pessoal auxiliar e com os docentes, podendo este factor contribuir significativamente para a criança se sentir apoiada. Esta ideia pode ser suportada pelas considerações de Gleitman et al. (2003) acerca da desestruturação vivida pela criança aquando da separação dos pais, nomeadamente devido à mudança de residência, deixando as crianças ainda mais desorganizadas, pois todos os laços até então construídos são dissolvidos e a criança fica sem o suporte social necessário para enfrentar as angústias a que esta situação a confina. Para além destes factores, pode-se ainda, e convém não esquecer, referir novamente que a amostra recolhida é de reduzida dimensão e, talvez por isso, os resultados não tenham ido ao encontro do teorizado. Neste sentido, a

literatura recolhida, foi unânime: o pai é tido como um grande impulsionador do desenvolvimento da auto-estima da criança e esta é uma situação que se vai arrastar por toda a sua vida, até à idade adulta. Doravante, juntamente com o pai, toda a estrutura familiar se revela extremamente importante. Daí que também se possa colocar a hipótese das famílias destas crianças serem suficientemente estruturadas e garantirem o sentimento de completude acerca das representações sobre si próprio (Eccles; Marsh & Craven; Pierrehumbert; Plancharel & Jankech-Carreta; Wenz-Gross, Siperstein, Untch & Widaman, citados por Peixoto, 2004).

Em relação à terceira hipótese, que também não se confirmou, e na qual se colocava à prova a importância dada aos domínios do autoconceito, chega-se à conclusão que, nesta amostra, as crianças que não vivem com pai e as crianças que vivem com o pai não apresentam diferenças na importância que atribuem aos domínios do autoconceito. Assim, estes resultados podem dever-se ao facto de as crianças atribuírem uma menor importância aos domínios do autoconceito, em que percebem baixa competência, o que se pode considerar um mecanismo de defesa.

Segundo Peixoto (2003), quando uma criança avalia as suas acções ou capacidades para determinada actividade de forma negativa, como se de uma defesa se trate, estas crianças vão automaticamente considerar fraca importância nos domínios em que apresentam baixo desempenho. Assim as crianças estabilizam os níveis de auto-estima de forma a manter a estabilidade do *Ego* (revelando conseqüentemente um maior nível de auto-estima).

Uma vez que o autoconceito está ligado à estrutura egóica e à formação da identidade (Jacob, 2008), e sendo que esta é uma percepção consciente, multidimensional que o indivíduo tem de si, o que as crianças fazem, não é mais que transformar conscientemente um sentimento egodistónico, num sentimento egosintónico, a fim de garantir a sua homeostasia.

Esta ideia é também concordante com Harter (1988), cujo pressuposto teórico defende que uma baixa competência percebida em domínios considerados importantes terá como consequência uma diminuição da auto-estima. Por outro lado, a competência em domínios considerados como não importantes para o sujeito, não produzirá efeitos significativos na sua auto-estima.

Através da verificação da hipótese, o facto de não terem sido demonstradas diferenças significativas entre os grupos de crianças, pode prender-se com o facto de, embora as crianças

não vivam com o pai, poderem no entanto, conviver com o mesmo com alguma frequência, ou qualidade, como já foi referido anteriormente (Amato e Gilbreth, citados por Cia et al. 2004), sendo-lhes desta forma, fornecidos suportes relacionais que lhes permitam o desenvolvimento de bom nível de auto-estima. Contudo, estas mesmas crianças podem, tal como as que vivem com o pai, não ter necessidade de atribuir uma menor importância aos domínios em que auto-percepcionam baixo desempenho, precisamente por terem apoio afectivo e nas tarefas gerais duma figura paternal, ainda que não coabitem.

Para Campbell & Lavalley, (1993), as pessoas com elevados níveis de auto-estima são mais congruentes nas avaliações que fazem em relação a si próprias (auto-percepções) e factores externos, a crença no seu valor próprio é mais consistente e tendem a reforçar os seus atributos positivos. Com efeito, estas avaliações podem estar associadas a dinâmicas familiares, pois as crianças muitas vezes utilizam a família como um modelo de representações. O contexto familiar pode, assim, mediar os efeitos das suas auto-percepções das crianças, consoante as crenças e os valores que lhes são transmitidos e importância dos domínios. Nesta medida, a ausência de uma das figuras parentais (neste caso o pai) pode levar a um desajustamento das crianças e, consequentemente a mudanças na forma como percepcionam o seu desempenho, pois pode acontecer que os próprios pais não estejam de acordo, mediante determinados aspectos importantes para a criança, como é o exemplo das expectativas de desempenho, percepção de competência

A quarta hipótese, que postula uma relação negativa entre o rendimento económico do agregado e o tempo de ausência do pai, não foi também confirmada. Esta hipótese foi formulada a partir da ideia introduzida por vários autores, de entre os quais Figueiredo, Pacheco e Magarinho (2005), de que a família monoparental vive muitas vezes em condições precárias ou de baixo rendimento económico. Estas famílias são em grande número desfavorecidas, sendo ainda muitas vezes afectadas por situações sociais adversas, tais como o desemprego, emprego mal remunerado ou instável. Este efeito não se verificou, neste estudo, talvez também devido à forma como a questão foi formulada no questionário sociodemográfico, pois não se sabe se, nas famílias em que o pai não está presente, as mães contam com a pensão de alimentos legalmente estipulada, ou apenas com o rendimento do agregado, ou ainda se os pais cumprem as suas obrigações legais, tal como Graham e Beller (2002) referem.

Também é pertinente regressar às habilitações literárias das mães, que como afirma Coelho (2006), se revela deveras importante, principalmente porque normalmente se traduz em autonomia económica, através de um emprego que permite um rendimento mensal favorável. Esta situação confirma-se nesta amostra onde, como já foi anteriormente mencionado, as mães na sua maioria completaram a escolaridade obrigatória (31,7%), equiparando-se o número de mães que completou o ensino superior (31,7%). Não se pode deixar, no entanto, os pais fora desta apreciação, uma vez que têm, na sua grande maioria até ao ensino secundário (63,2%), seguindo-se o ensino superior (34,9%). Ainda ancorado a este tema, tal como propõe Coelho (2006), está o rendimento económico da amostra, que é bastante alto, sendo que a maioria tem um rendimento entre €2 000 e €2 800.

Assim sendo, não parece deslocado da realidade, referir que, nesta amostra, o facto do pai estar mais ou menos ausente, exceptuando situações como a emigração ($n=1$) ou de óbito ($n=1$), não interfere negativamente com o rendimento económico. Pode-se interpretar esta ausência por outros factores, nomeadamente a discórdia entre os pais (Graham & Beller, 2002).

Conclusão

Chegando ao final deste trabalho, é importante se faça uma reflexão acerca do mesmo e sobre a investigação realizada. Foi um processo moroso e nem sempre bem sucedido, mas o seu resultado e o seu significado pessoal revelaram-se extremamente gratificantes.

A pertinência deste trabalho, pode-se explicar pela falta de estudos neste âmbito (ausência do pai), principalmente no que diz respeito à auto-estima. Este factor também se revelou

determinante, pela dificuldade em encontrar bibliografia de suporte para o aprofundamento teórico e fundamentação das hipóteses colocadas. Foi então necessário optar por bibliografia que esclarecesse a problemática em vários âmbitos, ainda que não a auto-estima. Foi com satisfação que se compreendeu que as crianças que crescem sem os seus pais não estão enclausuradas a um determinismo que até parecia existir. Nem sempre o facto de não existir um pai no seio de uma família se traduz em falhas no desenvolvimento, ou no próprio ego e há famílias que, numa atitude resiliente, conseguem ultrapassar barreiras económicas e, mais difícil, sociais, que as obriga muitas vezes a viver submersas em estereótipos que não fazem qualquer sentido.

Também neste trabalho os resultados se revelaram satisfatórios, embora nenhuma das hipóteses tenha sido confirmada. O intuito era perceber se existiam diferenças no que diz respeito à auto-estima e ao autoconceito, entre crianças que vivem e crianças que não vivem com os respectivos pais. Tal não aconteceu.

Creio assim que o grande contributo para a área da psicologia clínica, pode estar relacionado com a falta de estudos à volta do assunto em questão e, tratando-se da área de clínica, procurou-se tratar desta temática, em concordância com a mesma, lembrando que a auto-estima e o autoconceito são importantes constructos para o *self*. Esta foi aliás a ideia introduzida por praticamente toda a bibliografia, que aponta para resultados estatisticamente significativos, o que não se veio a confirmar neste caso.

No percurso de conclusão deste estudo, surgiram também algumas limitações, nomeadamente, devido à falta de estruturação do questionário sociodemográfico, acerca do qual mais tarde se percebeu que recolhia alguma informação menos importante, que poderia ter sido substituída por outra, mais útil, e servir para tirar conclusões mais fiáveis, nomeadamente no que diz respeito à média de horas que os pais passavam com os respectivos filhos e cuja questão induziu em erro, não sabendo os participantes, se contariam com o tempo que passavam com as crianças a dormir ou não.

O tamanho da amostra em si, também foi uma das limitações deste estudo, uma vez que foi muito reduzido, relativamente ao que inicialmente era esperado. Para que esta situação não se volte a verificar, sugere-se que, em futuros estudos, se tenha maior controlo sobre a situação de efectiva selecção da amostra e recolha dos dados. Foi difícil, uma vez que esta aplicação

teve duas fases distintas: aplicação da escala às crianças e preenchimento do questionário pelos pais. A primeira fase foi fácil de controlar, visto que o investigador aplicou a escala directamente às crianças. O problema surgiu quando os questionários foram entregues aos alunos para os pais preencherem. Alguns deles caíram no esquecimento, inviabilizando assim uma boa parte das escalas que tinham sido aplicadas.

No que diz respeito a investigações futuras, sugere-se que se tente aferir de que forma os estilos parentais e envolvimento parental se traduzirão na vida das crianças com as mesmas condições familiares.

Referências Bibliográficas

- Aguilera-Guzmán, R. M., Snyder, V. N. S., Romero, M., & Medina-Mora, M. E. (2004). Paternal absence and international migration: Stressors and compensators associated with the mental health of Mexican teenagers of rural origin. *Adolescence*, 39 (156), 711-723.
- Allen, J., Porter, M., McFarland, C., McElhaney, K. & Marsh, P. (2007). The relation of attachment security to adolescents paternal and peer relationships, depression, and externalizing behavior,. *Child Development*, 78 (4), 1222-1239.
- Antunes, C., Sousa, M. C., Carvalho, A., Costa, M., Raimundo, F., Lemos, E., et al. (2006). Auto-estima e comportamentos de saúde e de risco no adolescente: efeitos diferenciais em alunos do 7º ao 10º ano. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 7(1), 117-123.
- Aranda, M. A., Carrilero, M. A. & León, V. (1982). *O livro do casal: Vol. 6. Psicologia infantil e juvenil*. Barcelona: Ediciones Oceano.
- Augusto, J. S., Preto, M. T., Tão, S. S. & Jerónimo, T. G. (s.d.). SPP-FC, Self-perception profile for children, PCS_FC, Perceived competence scale for children. Susan Harter. Retirado a 25 de Maio de 2008 de EBSCOHost Academic Search Elite database
- Badinter, E. (1993). *XY: La identidad Masculina* (2ª ed.). Madrid: Alianza Editorial
- Balancho, L. S. (2004) Ser pai: Transformações intergeracionais na paternidade. *Análise Psicológica*, 2 (22), 377-386.
- Brazelton, T. (2000). *O grande livro da criança: O desenvolvimento emocional e do comportamento durante os primeiros anos* (3ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Borges, C., Thofehrn, M., Meincke, S. (2005). Mulheres estudantes criando seus filhos no contexto da família monoparental. *Família, Saúde e Desenvolvimento*, 7 (1), p.32-41.
- Brown, G. L., McBride, B. A., Shin, N., & Bost, K. K. (2007). Parenting predictors of father-child attachment security: Interactive effects of father involvement and fathering quality. *Fathering*, 5 (3), 197-219.
- Bowlby, J. (1982). *Formação e rompimento dos laços afectivos*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Burns, J. M. (1978). *Leadership*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Campbell, J. (1990). Self-esteem and clarity of the self-concept. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 538-549
- Campbell, J. & Lavalley, L. (1993). Who am I? The role of self concept confusion in understanding the behaviour of people with low self-esteem. In R. F. Baumeister (Ed.), *Self-esteem: The puzzle of low self-regard* (pp.13-20). New York: Plenum Press.
- Carapeta, C., Ramires, A. & Viana, M. (2001) Auto-conceito e participação desportiva. *Análise Psicológica*, 19, 51-58.
- Cia, F., D’Affonseca, S. M., Barham, E. J. (2004). A relação entre o envolvimento paterno e o desempenho académico dos filhos. Retirado a 25 de Maio de 2008, de <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/>.
- Coelho, L. (2006). *A dependência económica das mulheres portuguesas que vivem em casal*. Centro de Estudos Sociais. Coimbra: Faculdade de Economia de Coimbra
- Coopersmith, S. (1981). *The antecedents of self-esteem*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, Inc.
- Corneau, G. (1991). *Absent fathers, lost sons*. U.S.: Shambhala publications.
- Costa, E. (1994). *Divórcio, monoparentalidade e recasamento*. Porto: Edições Asa.

- Costa, C., Cia, F., & Barham, E. (2007). Envolvimento materno e desempenho acadêmico: comparando crianças residindo com a mãe e com ambos os pais. *Psicologia, Escola, Educação*, 11(2), 339-351.
- Cowan, C., Cowan P., Pruett, M. & Pruett, K. (2007). An Approach to Preventing Coparenting conflict and Divorce in Low-Income Families: Strengthening Couple Relationships and Fostering Fathers' Involvement. *Family Process*, 46 (1), 109-121.
- Duclos, G. (2006). *A auto-estima um passaporte para a vida: Crescer e viver*. Lisboa: Climepsi.
- Dunn, J., Cheng, H., O'Connor, T. G., & Bridges, L. (2004). Children's perspectives on their relationships with their non-resident fathers: Influences, outcomes and implications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45 (3), 553-566.
- Ellis, B. J., Bates, J. E., Dodge, K. A., Fergusson, D. M., Horwood, L. J., Pettit, G. S. & Woodward, L. (2003). Does father absence place daughters at special risk for early sexual activity and teenage pregnancy? *Child Development*, 74 (3), 801-821.
- Eccles, J. S. (1993). School and family effects on the ontogeny of children's interests, self-perceptions, and activity choice. In J. Jacobs (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation: Developmental perspectives on motivation*, 40, 145-208. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Eccles, J.S., Wigfield, A., & Schiefele, U. (1998). Motivation to succeed. In W. Damon (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed), *Handbook of child psychology* (5th ed., Vol 3, pp. 1017-1095). New York: Wiley
- Eizirik, M. & Bergman, D. S. (2004). Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: Um relato de caso. *Revista de Psiquiatria de Rio Grande do Sul*, 26 (23), 330-336.
- Figueiredo, B, Pachco, A., Costa, R., & Magarinho, R. (2005). Grávidas adolescentes e grávidas adultas; Diferentes circunstâncias de risco? *Acta Med Port*, (18), 97-105
- Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., & Magarinho, R.(2006). Qualidade da vinculação e dos relacionamentos significativos na gravidez. *Psicologia*, 20 (1), 65-96
- Ford, J., Nalbone, D., Wetchler, J., & Suttun, P. (2008). Fatherhood: How differentiation and identity status affect attachment to children. *The American Journal of Family Therapy*, 36, 284-299.
- Gleitman, H., Fridlund; A. & Reisberg, D. (2003). *Psicologia*. (5ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, A., & Resende , V. (2004). O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 119-125.
- Gómez, R., & McLaren, S. (2007). The inter-relations of mother and father attachment, Self-esteem and aggression during late adolescence. *Aggressive Behaviour*, 33, 160-169.
- Graham, J. & Beller, A. (2002). Non-resident fathers and their children: child support and visitation from an economic perspective. In Tamis-LeMonda, C. & Cabrera, N. (Eds.). *Handbook of Father Involvement: Multidisciplinary Perspectives* (pp. 431-453). New York: Taylor & Frances inc.
- Guedes, S. M. (2005). Expectativas conjugais de jovens e das suas figuras de vinculação. Retirado a 22 de Outubro de 2008 de, http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0380
- Guttman, J., & Rosenberg, M. (2003). Emotional intimacy and children's adjustment: A comparison between single-parent, divorced and intact families. *Educational Psychology*, 23 (4), 457-472.

- Harter, S. (1982). The perceived competence scale for children. *Child Development*, 53, 87-97.
- Harter, S. (1985). *Manual for the self-perception profile for children*. Denver: University of Denver.
- Harter, S. (1993). Causes and consequences of low self-esteem in children and adolescents. In R. F. Baumeister (Ed.), *Self-esteem: The puzzle of low self-regard* (pp.87-116). New York; Plenum Press.
- Harter, S., & Whitesell, N. R. (2003). Beyond the debate: Why some adolescents report stable self-worth over time and situation, whereas others report changes in self-worth. *Journal of Personality* 71(6), 1027-1058.
- Hattie, J. (1992). *Self-concept*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Instituto Nacional de Estatística (2008). Acedido em 20 de Maio de 2008, em <http://www.ine.pt>
- Jacob, A. (2008). *A importância do autoconceito como elemento de diagnóstico*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Lima, A. (2005). O envolvimento paterno nos processos de socialização da criança. In J. Bairrão (Org.), *Desenvolvimento: Contextos familiares e educativos* (pp.200-233). Porto: Livpsic.
- Malpique, C. (1990). *A ausência do pai: estudo sociopsicológico*. Porto: Edições Afrontamento.
- Matos, A., C. (2002). *Adolescência*. Lisboa: Climepsi Ed.
- Matos, A., C. (2004). *Saúde Mental*. Lisboa: Climepsi Ed.
- McCallum, F., & Golombok, S. (2004). Children raised in fatherless families from infancy: A follow-up of children of lesbian and single heterosexual mothers at early adolescence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45 (8), 1407-1419.
- Mistry, R., Stevens, G., Sareen, H., Vogli, R., & Halfon, N. (2007). Parenting related stressors and self-reported mental health of mothers with young children. *American Journal of Public Health*, 97 (7), 1261-1268.
- Moura-Ramos, M., & Canavarro, M. C.(2007). Adaptação parental ao nascimento de um filho: Comparação da reactividade emocional e psicossintomatologia entre pais e mães nos primeiros dias após o parto e oito meses após o parto. *Análise Psicológica*, 25 (3) 399-413.
- Ojanen, T. & Perry, D. G. (2007). Relational schemas and developing self: Perceptions of mother and of self as joint predictors of early adolescents' self-esteem. *Developmental Psychology*, 43 (6), 1474-1483.
- Peixoto, F (2003). *Auto-estima, auto-conceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar. Estudo das relações entre auto-estima, autoconceito, rendimento académico e dinâmicas relacionadas com a família e com os pares em alunos do 7º, 9º e 11º anos de escolaridade*. Dissertação de doutoramento não publicada, Braga: Universidade do Minho,
- Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento académico. *Análise Psicológica*, 22 (1), 235-244.
- Rabelo, I. (2007). *Desagregação familiar e delinquência infanto-juvenil: Uma reflexão acerca das implicações da ausência paterna no comportamento dos filhos menores*. Dissertação de Mestrado não publicada, Viçosa: Universidade Federal de Viçosa.
- Richaud de Minzi, M. C. (2006). Loneliness and depression in middle and late childhood: The relationship to attachment and parental styles. *The Journal of Genetic Psychology*, 167 (2), 189-210.

- Rohner, R. & Khaleque, A. (2002). Parental acceptance-rejection and life-span development: A universal perspective. In W. J. Lonner, D. L. Dinnel, S. A. Hayes & D. N. Sattler (Eds.), *Online readings in Psychology and culture*, 11 (4), Retirado a 15 de Novembro de 2008, de: http://www.ac.wvu.edu/~culture/Rohner_Khaleque.htm
- Sá, E. (1995). *Más maneiras de sermos bons pais*. Lisboa: Fim de Século.
- Segal, H. (1975). *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Senos, J. (1996). Atribuição causal, auto-estima e resultados escolares. *Análise Psicológica*, 1, 111-121.
- Shinn, M. (1978). Father absence and children's cognitive development. *Psychological Bulletin*, 85 (2), 295-324.
- Stevens, M., Golombok, S., & Beveridge, M. (2002). Does father absence influence children's gender development? Findings from a general population study of preschool children. *Parenting, Science and Practice*, 1 (2), 47-60.
- Stoller, R. (1978). *Recherche sur l'identité sexuelle*. Paris: Gallimard.
- Teixeira, J. A. (2005) *Psicopatologia geral. Introdução, métodos e modelos, psicopatologia descritiva*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Tremblay, G., Tremblay, R. E., & Saucier, J. F. (2004). The development of parent-child relationship perceptions in boys from childhood to adolescence: A comparison between disruptive and non-disruptive boys. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 21 (4), 407-426.
- Veiga, F. H. (1996). *Transgressão e auto-conceito dos jovens na escola*. Lisboa: Fim de Século, (2ª ed.).
- Wadsworth, J. B. (2003). *Inteligência e afetividade na teoria de Piaget*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Woldoff, A. R., & Cina, M. G. (2007). Regular work underground jobs and hustling: An examination of paternal work and father involvement. *Fathering*, 5 (3), 153-173.
- Zavaschi, M. L. S., Satler, F., Poester, D., Vargas, C. F., Piazenski, R., Rohde, L. A. P. & Eizirik, C. L. (2002). Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 24 (4), 189-195.

ANEXOS

ANEXO A) AUTORIZAÇÕES DOS PARTICIPANTES

COLÉGIO JOSÉ ÁLVARO VIDAL  DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		CIRCULAR	
ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO		Alunos do 6º Ano	
ELABORADOR:		Director do Dep. De Educação	DATA: 2008-05-20
ASSUNTO:		Pedido de Colaboração	

Foi-nos solicitado por uma aluna finalista do curso de mestrado do ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, a realização de um estudo de observação sobre o tema **"Ausência Paterna e Auto-Estima"**. O trabalho consiste na passagem de um questionário aos alunos sobre algumas características da sua família.

Os resultados e dados obtidos são confidenciais e intransmissíveis, e ainda que sejam tomados públicos, sê-lo-ão sempre com identidade anónima e nunca como resultados individuais.

Assim, agradecemos a sua colaboração no sentido de autorizar que o seu educando colabore no referido estudo.

O Director do Dep. de Educação,

António Castanho

✂ _____
 (p.f. preencher e devolver ao DT)

ESTUDO "Ausência Paterna e Auto-Estima"

Nome do aluno: _____

Turma: _____

☐ SIM

Autorizo o meu/a minha educando(a) a colaborar no referido estudo.

☐ NÃO

____/____/____

 (ass. Enc. educação)

ANEXO B) QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Questionário Sociodemográfico

Este questionário tem o propósito de conhecer a estrutura familiar das crianças do 2º ciclo que frequentam esta instituição. Está inserido no estudo *Auto-estima e Ausência Paterna*, não tem qualquer fim divulgativo e, portanto, é confidencial.

Não há respostas certas ou erradas, uma vez que nelas se reflecte, simplesmente, a vivência de cada família. Apenas pedimos que responda o mais sinceramente possível.

1. Respondente ao Questionário ☐ Mãe ☐ Pai

2. Localidade onde vivem ☐ Urbana ☐ Rural

3. Quantos adultos vivem em casa (a casa onde vive criança)? _____

3.1 Qual a relação de parentesco desses adultos com a criança que participa neste estudo?

4. Nº total de elementos do agregado: _____

4.1 Idades dos componentes do agregado:

Pai: _____ Mãe: _____

Nº de filhos: _____

Idades: _____ Sexo: _____

4.1.1 Idade da mãe/ figura materna _____ (Risque o que não interessa)

4.1.2 Nacionalidade da mãe _____

4.1.3 Grau de escolaridade da mãe _____

4.1.3.1 Anos de escolaridade completos da mãe _____

4.1.4 Ocupação profissional da mãe _____

4.1.5 Estado civil da mãe _____

4.2 Idade do pai/ figura paterna _____ (Risque o que não interessa)

4.2.1 Nacionalidade do pai _____

4.2.2 Grau de escolaridade do pai _____

4.2.3.1 Anos de escolaridade completos do pai _____

4.2.4 Ocupação profissional do pai _____

4.2.5 Estado civil do pai _____

5. Rendimento económico mensal (líquido) da família _____

6. Em média, quanto tempo é que a criança passa com o pai durante os dias de semana?

6.1 Em média, quanto tempo é que a criança passa com o pai durante os fins-de-semana?

7. Em média, quanto tempo é que a criança passa com a mãe durante os dias de semana?

7.1 Em média, quanto tempo é que a criança passa com a mãe durante os fins-de-semana?

8. Em média, quanto tempo é que toda a família (mãe, pai e criança) passa junta durante os dias de semana? _____

8.1 Em média, quanto tempo é que toda a família (mãe, pai e criança) passa junta durante os fins-de-semana? _____

9. A criança priva com o pai diariamente?

9.1 Se a resposta anterior for negativa, assinale, por favor:

9.1.1 Está com o pai:

Ao fim-de-semana ☐

Quinzenalmente ☐

Mensalmente ☐

- Semestralmente ☐
- Anualmente ☐
- Raramente ☐
- Nunca ☐

9.1.2 Há quanto tempo não vive a criança com o pai?

- Entre 6 meses e 1 ano ☐
- Entre 2 e 3 anos ☐
- Entre 4 e 6 anos ☐
- Entre 7 e 9 anos ☐
- Viveu apenas no primeiro semestre de vida ☐
- Viveu apenas no primeiro trimestre de vida ☐
- Nunca viveu ☐

Obrigada pela colaboração

ANEXO C) OUTPUTS DE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Questionário de Caracterização Sociodemográfica

	N	Minimum	Maximum	Mean		Std. Deviation	Variance	Skewness		Kurtosis	
	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Std. Error	Statistic	Statistic	Statistic	Std. Error	Statistic	Std. Error
IDADE	42	11	14	11,55	,109	,705	,498	1,355	,365	2,218	,717
IDM	42	35	53	40,90	,580	3,760	14,137	,962	,365	1,835	,717
IDP	39	35	48	42,46	,515	3,219	10,360	-,112	,378	-,440	,741
RENDMF	29	2	8	4,28	,336	1,811	3,278	,681	,434	-,403	,845
MTCPS	37	1	8	5,30	,348	2,120	4,492	-,580	,388	-,648	,759
MTCPF	39	1	14	10,87	,717	4,479	20,062	-1,306	,378	,188	,741
MTCMS	35	2	8	6,69	,216	1,278	1,634	-1,427	,398	3,838	,778
MTCMF	39	2	14	12,72	,427	2,665	7,103	-2,714	,378	7,634	,741
MTCFS	38	1	9	6,45	,330	2,036	4,146	-1,055	,383	1,057	,750
MTCFF	40	1	11	8,48	,494	3,121	9,743	-1,032	,374	-,155	,733
Valid N (listwise)	21										

Análise de Frequências

Output_ : Análise de frequências das variáveis nominais

	RQ	LOCHAB	ADULT	NACM	PROFM	NACP	PROFP	CPPD
N Valid	42	41	42	42	42	40	39	42
Missing	0	1	0	0	0	2	3	0
Mode	1	1	1	1	2	1	2	1

Tabela_ : RC

	RQ	LOCHAB	ADULT	NACM	PROFM	NACP	PROFP	CPPD
N Valid	42	41	42	42	42	40	39	42
Missing	0	1	0	0	0	2	3	0
Mode	1	1	1	1	2	1	2	1

EP

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	QUINZENALMENTE	2	4,8	18,2	18,2
	MENSALMENTE	1	2,4	9,1	27,3
	SEMESTRALMENTE	1	2,4	9,1	36,4
	RARAMENTE	4	9,5	36,4	72,7
	NUNCA	3	7,1	27,3	100,0
	Total	11	26,2	100,0	
Missing	System	31	73,8		
	Total	42	100,0		

LOCHAB

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	URBANA	38	90,5	92,7	92,7
	RURAL	2	4,8	4,9	97,6
	OUTROS	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	97,6	100,0	
Missing	System	1	2,4		
	Total	42	100,0		

ADULT

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MAE E PAI	27	64,3	64,3	64,3
	MAE, PAI E IRMAOS	5	11,9	11,9	76,2
	MAE	6	14,3	14,3	90,5
	MAE E IRMAOS	1	2,4	2,4	92,9
	AVÓS E OUTROS	1	2,4	2,4	95,2
	MAE E PADRASTO	1	2,4	2,4	97,6
	12	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

NACM

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid PORTUGUESA	42	100,0	100,0	100,0

PROFM

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid DIRECTORAS, TEC. SUP., MILITAR ALTA PATENTE	8	19,0	19,0	19,0
CHEFES SECÇÃO, SUBDIRECTORAS, PERITAS TÉCNICAS, COMERCIANTES	14	33,3	33,3	52,4
AJUDANTES TÉCNICAS, DESENHADORAS, CAIXEIRAS, CONTRAMESTRES, OFICIAIS 1ª, ENCARREGADAS	12	28,6	28,6	81,0
OPERÁRIAS ESPECIALIZADAS, MOTORISTAS, POLÍCIAS, COZINHEIRAS	2	4,8	4,8	85,7
TRABALHADORAS MANUAIS NÃO ESPECIALIZADAS, JORNALEIRAS, AJUDANTES DE COZINHA, MULHERES DE LIMPEZA	3	7,1	7,1	92,9
ESTUDANTES, DESEMPREGADAS, DOMÉSTICAS, REFORMADAS	3	7,1	7,1	100,0
Total	42	100,0	100,0	

NACP

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid PORTUGUÊS	39	92,9	97,5	97,5
ESTRANGEIRO	1	2,4	2,5	100,0
Total	40	95,2	100,0	
Missing System	2	4,8		
Total	42	100,0		

PROFP

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	DIRECTOR, TÉCNICO SUPERIOR, LICENCIADO, MILITAR ALTA PATENTE	8	19,0	20,5	20,5
	CHEFE SECÇÃO, SUBDIRECTOR, PERITO TÉCNICO, COMERCIANTE	15	35,7	38,5	59,0
	AJUDANTE TÉCNICO, DESENHADOR, CAIXEIRO, CONTRAMESTRE, OFICIAL DE 1ª, ENCARREGADO, CAPATAZ, MESTRE DE OBRAS	7	16,7	17,9	76,9
	OPERÁRIO ESPECIALIZADO, MOTORISTA, POLÍCIA, COZINHEIRO	6	14,3	15,4	92,3
	ESTUDANTE, DESEMPREGADO, DOMÉSTICO, REFORMADO	1	2,4	2,6	94,9
	FALECIDO	2	4,8	5,1	100,0
	Total	39	92,9	100,0	
Missing	System	3	7,1		
	Total	42	100,0		

CPPD

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
--	-----------	---------	---------------	--------------------

Valid	SIM	31	73,8	73,8	73,8
	NÃO	11	26,2	26,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Output_ : Análise de frequências das variáveis ordinais

		HLM	SEXO	ECM	HLP	ECP	EP	NVP
N	Valid	41	41	42	38	42	11	10
	Missing	1	1	0	4	0	31	32
	Median	5,00	2,00	5,00	5,00	5,00	6,00	2,00
	Mode	5	2	5	4(a)	5	6	2
Percentiles	25	4,00	1,00	4,00	4,00	4,00	3,00	2,00
	50	5,00	2,00	5,00	5,00	5,00	6,00	2,00
	75	6,00	2,00	5,00	6,25	5,00	7,00	2,00

a Multiple modes exist. The smallest value is shown

HLM

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1º CICLO	2	4,8	4,9	4,9
	2º CICLO	5	11,9	12,2	17,1
	3º CICLO	7	16,7	17,1	34,1
	ENSINO SECUNDÁRIO	13	31,0	31,7	65,9
	BACHARELATO	5	11,9	12,2	78,0
	LICENCIATURA	8	19,0	19,5	97,6
	MESTRADO	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	97,6	100,0	
Missing	System	1	2,4		
	Total	42	100,0		

SEXO

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	F	20	47,6	48,8	48,8
	M	21	50,0	51,2	100,0
	Total	41	97,6	100,0	
Missing	System	1	2,4		
	Total	42	100,0		

ECM

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SOLTEIRA	2	4,8	4,8	4,8
	SEPARADA	1	2,4	2,4	7,1
	DIVORCIADA	9	21,4	21,4	28,6
	CASADA	28	66,7	66,7	95,2
	UNIDA DE FACTO	1	2,4	2,4	97,6
	VIUVA	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

HLP

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1º CICLO	2	4,8	5,3	5,3
	2º CICLO	4	9,5	10,5	15,8
	3º CICLO	9	21,4	23,7	39,5
	ENSINO SECUNDÁRIO	9	21,4	23,7	63,2
	BACHARELATO	5	11,9	13,2	76,3
	LICENCIATURA	8	19,0	21,1	97,4
	MESTRADO	1	2,4	2,6	100,0
	Total	38	90,5	100,0	
Missing	System	4	9,5		
	Total	42	100,0		

ECP

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	FALECIDO	3	7,1	7,1	7,1
	SOLTEIRO	1	2,4	2,4	9,5
	SEPARADO	1	2,4	2,4	11,9
	DIVORCIADO	7	16,7	16,7	28,6
	CASADO	29	69,0	69,0	97,6
	VIÚVO	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

EP

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	QUINZENALMENTE	2	4,8	18,2	18,2
	MENSALMENTE	1	2,4	9,1	27,3
	SEMESTRALMENTE	1	2,4	9,1	36,4
	RARAMENTE	4	9,5	36,4	72,7
	NUNCA	3	7,1	27,3	100,0
	Total	11	26,2	100,0	
Missing	System	31	73,8		
	Total	42	100,0		

NVP

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	6M - 1A	1	2,4	10,0	10,0
	2A - 3A	8	19,0	80,0	90,0
	4A - 6A	1	2,4	10,0	100,0
	Total	10	23,8	100,0	
Missing	System	32	76,2		
	Total	42	100,0		

Output__ : Análise de frequências das variáveis razão

		IDADE	IDM	IDP	RENDMF	MTCPS	MTCPF	MTCMF	MTCMS	MTCFS	MTCFF
N	Valid	42	42	39	29	37	39	39	35	38	40
	Missing	0	0	3	13	5	3	3	7	4	2
	Mean	11,55	40,90	42,46	4,28	5,30	10,87	12,72	6,69	6,45	8,48
	Median	11,00	41,00	42,00	4,00	6,00	13,00	14,00	7,00	7,00	9,50
	Mode	11	41	42	4	5	14	14	6(a)	7	11
	Std. Deviation	,705	3,760	3,219	1,811	2,120	4,479	2,665	1,278	2,036	3,121
	Variance	,498	14,137	10,360	3,278	4,492	20,062	7,103	1,634	4,146	9,743
	Skewness	1,355	,962	-,112	,681	-,580	1,306	2,714	1,427	1,055	1,032
	Std. Error of Skewness	,365	,365	,378	,434	,388	,378	,378	,398	,383	,374
	Kurtosis	2,218	1,835	-,440	-,403	-,648	,188	7,634	3,838	1,057	-,155
	Std. Error of Kurtosis	,717	,717	,741	,845	,759	,741	,741	,778	,750	,733
	Minimum	11	35	35	2	1	1	2	2	1	1
	Maximum	14	53	48	8	8	14	14	8	9	11
Percentiles	25	11,00	38,00	41,00	3,00	4,00	9,00	12,00	6,00	5,00	5,00
	50	11,00	41,00	42,00	4,00	6,00	13,00	14,00	7,00	7,00	9,50

75	12,00	43,00	46,00	5,50	7,00	14,00	14,00	8,00	8,00	11,00
----	-------	-------	-------	------	------	-------	-------	------	------	-------

a Multiple modes exist. The smallest value is shown

DADE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	11	23	54,8	54,8	54,8
	12	16	38,1	38,1	92,9
	13	2	4,8	4,8	97,6
	14	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

IDM

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	35	2	4,8	4,8	4,8
	36	3	7,1	7,1	11,9
	37	3	7,1	7,1	19,0
	38	3	7,1	7,1	26,2
	39	3	7,1	7,1	33,3
	40	5	11,9	11,9	45,2
	41	8	19,0	19,0	64,3
	42	3	7,1	7,1	71,4
	43	4	9,5	9,5	81,0
	44	4	9,5	9,5	90,5
	46	1	2,4	2,4	92,9
	47	1	2,4	2,4	95,2
	50	1	2,4	2,4	97,6
	53	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

DP

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	35	1	2,4	2,6	2,6
	37	2	4,8	5,1	7,7
	38	1	2,4	2,6	10,3
	39	3	7,1	7,7	17,9
	40	2	4,8	5,1	23,1
	41	5	11,9	12,8	35,9
	42	9	21,4	23,1	59,0
	43	3	7,1	7,7	66,7
	44	2	4,8	5,1	71,8
	45	1	2,4	2,6	74,4
	46	5	11,9	12,8	87,2
	47	3	7,1	7,7	94,9
	48	2	4,8	5,1	100,0

Total	39	92,9	100,0	
Missing System	3	7,1		
Total	42	100,0		

RENDMF

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	400 a < 1200	5	11,9	17,2	17,2
	1200 a < 2000	5	11,9	17,2	34,5
	2000 a < 2800	10	23,8	34,5	69,0
	2800 a < 3600	2	4,8	6,9	75,9
	3600 a < 4400	2	4,8	6,9	82,8
	4400 a < 5200	3	7,1	10,3	93,1
	> 5200	2	4,8	6,9	100,0
	Total	29	69,0	100,0	
Missing System		13	31,0		
Total		42	100,0		

MTCPS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0 a < 4h	2	4,8	5,4	5,4
	4 a < 8h	4	9,5	10,8	16,2
	8 a < 12h	3	7,1	8,1	24,3
	5	9	21,4	24,3	48,6
	6	7	16,7	18,9	67,6
	7	6	14,3	16,2	83,8
	8	6	14,3	16,2	100,0
	Total	37	88,1	100,0	
Missing System		5	11,9		
Total		42	100,0		

MTCMF

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	8 a < 16h	1	2,4	2,6	2,6
	32 a < 40h	1	2,4	2,6	5,1
	8	2	4,8	5,1	10,3
	11	1	2,4	2,6	12,8
	12	7	16,7	17,9	30,8
	14	27	64,3	69,2	100,0

Total	39	92,9	100,0	
Missing System	3	7,1		
Total	42	100,0		

MTCMS

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 4 a < 8h	1	2,4	2,9	2,9
5	3	7,1	8,6	11,4
6	11	26,2	31,4	42,9
7	9	21,4	25,7	68,6
8	11	26,2	31,4	100,0
Total	35	83,3	100,0	
Missing System	7	16,7		
Total	42	100,0		

MTCFS

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 0 a < 4h	2	4,8	5,3	5,3
8 a < 12h	2	4,8	5,3	10,5
5	7	16,7	18,4	28,9
6	5	11,9	13,2	42,1
7	9	21,4	23,7	65,8
8	8	19,0	21,1	86,8
9	5	11,9	13,2	100,0
Total	38	90,5	100,0	
Missing System	4	9,5		
Total	42	100,0		

MTCFF

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 0 a < 8h	2	4,8	5,0	5,0
16 a < 24h	2	4,8	5,0	10,0
32 a < 40h	7	16,7	17,5	27,5
7	1	2,4	2,5	30,0
8	1	2,4	2,5	32,5
9	7	16,7	17,5	50,0
10	2	4,8	5,0	55,0
11	18	42,9	45,0	100,0

	Total	40	95,2	100,0	
Missing	System	2	4,8		
	Total	42	100,0		

ANEXO D) OUTPUTS DE ANÁLISE DE RESULTADOS

Recodificação da auto-estima

N	Valid	42
	Missing	0
Mean		1,9706
Median		1,7500
Mode		1,50(a)
Percentiles	33,33333333	1,5000
	66,66666667	2,0000

Hipótese 1 - Relação entre a competência percebida nos domínios do autoconceito e a privação ou não privação diária com o pai

Between-Subjects Factors

	Value Label	N
CPPD 1	SIM	31
2	NÃO	11

Descriptive Statistics

	CPPD	Mean	Std. Deviation	N
COMPESC	SIM	2,22	,828	31
	NÃO	2,53	,774	11
	Total	2,30	,817	42
ACEIT.SOC	SIM	2,18	,739	31
	NÃO	2,32	,647	11
	Total	2,22	,711	42
COMPATL	SIM	2,61	,836	31
	NÃO	2,71	,558	11
	Total	2,63	,768	42
APARFIS	SIM	2,21	,999	31
	NÃO	2,52	1,007	11
	Total	2,29	,998	42
COMPORT	SIM	2,25	,786	31
	NÃO	2,65	,790	11
	Total	2,35	,798	42

AESTIMA	SIM	1,90	,799	31
	NÃO	2,16	,790	11
	Total	1,97	,795	42

Multivariate Tests(b)

Effect		Value	F	Hypothesis df	Error df	Sig.
Intercept	Pillai's Trace	,957	129,230(a)	6,000	35,000	,000
	Wilks' Lambda	,043	129,230(a)	6,000	35,000	,000
	Hotelling's Trace	22,154	129,230(a)	6,000	35,000	,000
	Roy's Largest Root	22,154	129,230(a)	6,000	35,000	,000
CPPD	Pillai's Trace	,069	,430(a)	6,000	35,000	,854
	Wilks' Lambda	,931	,430(a)	6,000	35,000	,854
	Hotelling's Trace	,074	,430(a)	6,000	35,000	,854
	Roy's Largest Root	,074	,430(a)	6,000	35,000	,854

a Exact statistic

b Design: Intercept+CPPD

Multivariate Tests(b)

Effect		Value	F	Hypothesis df	Error df	Sig.
Intercept	Pillai's Trace	,521	7,830(a)	5,000	36,000	,000
	Wilks' Lambda	,479	7,830(a)	5,000	36,000	,000
	Hotelling's Trace	1,088	7,830(a)	5,000	36,000	,000
	Roy's Largest Root	1,088	7,830(a)	5,000	36,000	,000
CPPD	Pillai's Trace	,049	,374(a)	5,000	36,000	,863
	Wilks' Lambda	,951	,374(a)	5,000	36,000	,863
	Hotelling's Trace	,052	,374(a)	5,000	36,000	,863
	Roy's Largest Root	,052	,374(a)	5,000	36,000	,863

a Exact statistic

b Design: Intercept+CPPD

Hipótese 2 - Relação entre o nível de auto-estima das crianças e o tempo de ausência do pai

			AESTIMA	EP
Spearman's rho	AESTIMA	Correlation Coefficient	1,000	-, 152
		Sig. (2-tailed)	.	, 676
		N	11	10
	EP	Correlation Coefficient	-, 152	1,000
		Sig. (2-tailed)	, 676	.

N	10	10
---	----	----

Hipótese 3 - Relação entre a importância dada aos domínios do autoconceito e a privação ou não privação do pai

Between-Subjects Factors

	Value Label	N
CPPD 1	SIM	31
2	NÃO	11

Descriptive Statistics

	CPPD	Mean	Std. Deviation	N
ICOMPESC	SIM	1,73	,956	31
	NÃO	1,27	,647	11
	Total	1,61	,901	42
IAC.SOC	SIM	1,40	,724	31
	NÃO	1,41	,539	11
	Total	1,40	,674	42
ICOMATL	SIM	2,00	1,065	31
	NÃO	2,50	1,162	11
	Total	2,13	1,099	42
IPARFIS	SIM	2,34	1,091	31
	NÃO	1,95	,568	11
	Total	2,24	,989	42
ICOMPORT	SIM	1,60	,870	31
	NÃO	1,45	,568	11
	Total	1,56	,798	42

Multivariate Tests(b)

Effect		Value	F	Hypothesis df	Error df	Sig.
Intercept	Pillai's Trace	,903	67,112(a)	5,000	36,000	,000
	Wilks' Lambda	,097	67,112(a)	5,000	36,000	,000
	Hotelling's Trace	9,321	67,112(a)	5,000	36,000	,000
	Roy's Largest Root	9,321	67,112(a)	5,000	36,000	,000
CPPD	Pillai's Trace	,166	1,429(a)	5,000	36,000	,237
	Wilks' Lambda	,834	1,429(a)	5,000	36,000	,237
	Hotelling's Trace	,199	1,429(a)	5,000	36,000	,237
	Roy's Largest Root	,199	1,429(a)	5,000	36,000	,237

- a Exact statistic
b Design: Intercept+CPPD

Tests of Between-Subjects Effects

Source	Dependent Variable	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	ICOMPESC	1,667(a)	1	1,667	2,110	,154
	IAC.SOC	,000(b)	1	,000	,001	,981
	ICOMATL	2,030(c)	1	2,030	1,709	,199
	IPARFIS	1,198(d)	1	1,198	1,231	,274
	ICOMPORT	,164(e)	1	,164	,253	,618
Intercept	ICOMPESC	73,000	1	73,000	92,402	,000
	IAC.SOC	64,215	1	64,215	137,957	,000
	ICOMATL	164,411	1	164,411	138,451	,000
	IPARFIS	149,651	1	149,651	153,800	,000
	ICOMPORT	75,593	1	75,593	116,579	,000
CPPD	ICOMPESC	1,667	1	1,667	2,110	,154
	IAC.SOC	,000	1	,000	,001	,981
	ICOMATL	2,030	1	2,030	1,709	,199
	IPARFIS	1,198	1	1,198	1,231	,274
	ICOMPORT	,164	1	,164	,253	,618
Error	ICOMPESC	31,601	40	,790		
	IAC.SOC	18,619	40	,465		
	ICOMATL	47,500	40	1,188		
	IPARFIS	38,921	40	,973		
	ICOMPORT	25,937	40	,648		
Total	ICOMPESC	141,750	42			
	IAC.SOC	101,500	42			
	ICOMATL	240,250	42			
	IPARFIS	250,500	42			
	ICOMPORT	128,250	42			
Corrected Total	ICOMPESC	33,268	41			
	IAC.SOC	18,619	41			
	ICOMATL	49,530	41			
	IPARFIS	40,119	41			
	ICOMPORT	26,101	41			

- a R Squared = ,050 (Adjusted R Squared = ,026)
b R Squared = ,000 (Adjusted R Squared = -,025)
c R Squared = ,041 (Adjusted R Squared = ,017)
d R Squared = ,030 (Adjusted R Squared = ,006)
e R Squared = ,006 (Adjusted R Squared = -,019)

Hipótese 4 – Relação entre rendimento e ausência do pai

Correlations

			EP	RENDMF
Spearman's rho	EP	Correlation Coefficient	1,000	-,556
		Sig. (2-tailed)	.	,252
		N	11	6
	RENDMF	Correlation Coefficient	-,556	1,000
		Sig. (2-tailed)	,252	.
		N	6	29